

RELATÓRIO

Moderação da 9ª Reunião da Governança Indígena de Mato Grosso.

De 27 a 29 de março de 2023

DEVALLOR – Consultoria Empresarial LTDA

Brasília, maio 2023

Equipe técnica

Execução

DEVALOR - Soluções aos Ecossistemas de Negócios

Coordenação

José Fragoso da Silva Júnior

Engenheiro Florestal (UFRPE)

Mestre em Ciências Florestais-Manejo Florestal (UFRPE).

Equipe executora

Gustavo C Assis, MBA Gestão de Negócios (IBMEC), graduado em Engenharia Florestal (UnB)

José Fragoso da Silva Júnior, graduado em Engenharia Florestal

José Vicente Vieira, Mestre em Educação, graduado em Engenharia Agrônômica

Liliana Mari Lino Pires, graduada em Zootecnia

Lista de figuras

Figura 1. Projetos da regional Noroeste.	23
Figura 2. Projetos da regional Xingu.	24
Figura 3. Projetos da regional Cerrado Pantanal.	25
Figura 4. Projetos da regional Vale do Guaporé.	26
Figura 5. Projetos da regional Norte Kayapó.	27
Figura 6. Projetos da regional Médio Araguaia.....	28
Figura 7. Projetos da regional Médio Araguaia.....	29
Figura 8. Verificação do atendimento às expectativas dos participantes.....	57
Figura 9. Avaliação por meio da ferramenta “humorômetro”.	58
Figura 10. Avaliação considerando aspectos específicos.....	59
Figura 11. Painel 1 do dia 27 de março de 2023.....	60
Figura 12. Painel 2 do dia 27 de março de 2023.....	60
Figura 13. Painel 3 do dia 29 de março de 2023.....	61

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Objetivo da reunião	4
3. Agenda da reunião	4
4. Relatoria da Reunião	7
5. Avaliação e encerramento	57
6. Anexos.....	59
Anexo 1: Planejamento FEPOIMT	59
Anexo 2: Painéis de facilitação gráfica.....	59

1. Apresentação

O presente documento apresenta o **Produto da consultoria para moderação da 9ª reunião da Governança Indígena**, realizada no período de 27 a 29 de março de 2023 em Cuiabá-MT, com a participação de 38 pessoas representantes da Coordenação do Subprograma Terra Indígena, FEPOIMT, GIZ e TNC.

2. Objetivo da reunião

Informar sobre o andamento das ações do Subprograma, discutir e deliberar aspectos técnicos, administrativos e financeiros e validar o planejamento de ações 2023.

3. Agenda da reunião

As atividades foram organizadas em uma agenda de três dias de reunião:

Dia 1: 27 de março de 2023

SESSÃO 1: Abertura, apresentações, ata, informes	
08h00 – 08h30	Acolhimento, registro (lista de presença) e expectativas
08h30 – 08h50	Mística de Abertura
08h50 – 09h05	Apresentação de participantes, objetivo, programação e combinados
09h05 – 09h15	Posse dos novos membros
09h15 – 09h45	Leitura e Aprovação da Ata da 7ª Reunião de Governança

09h45 – 10:05	Intervalo
10:05 – 12h00	Andamento de Execução das Consultorias
12h00 – 14h00	Almoço
SESSÃO 2: Consultorias, editais, encerramento dia 1	
14h00 – 15h00	Informes: COP 27 e Assembleia FEPOIMT
15h00 – 15h20	Intervalo
15h20 – 17h00	Andamento da Execução Técnica: Editais 01 e 02/2022
17h00	Humorômetro e encerramento

Dia 2: 28 de março de 2023

SESSÃO 3: Plano emergencial, novos projetos	
08h30 – 08h50	Mística de Abertura
08h50 – 10h30	Avanços na execução dos Projetos do Plano Emergencial
10h30 – 10h50	Intervalo
10h50 – 12h00	Seleção de Novos Projetos aprovados para validação
12h00 – 14h00	Almoço
SESSÃO 4: Projeto FEPOIMT 2, prestação de contas subprograma, encerramento dia 2	

14h00 – 15h00	Projeto FEPOIMT 2
15h00 – 15h20	Intervalo
15h20 – 17h00	Prestação de Contas da Execução Financeira Subprograma TI
17h00	Humorômetro e encerramento

Dia 3: 29 de março de 2023

SESSÃO 5: Regimento interno, monitoramento participativo	
08h30 – 08h50	Mística de Abertura
08h50 – 10h20	Regimento Interno
10h20 – 10h40	Intervalo
10h40 – 12h00	Monitoramento Participativo - Projetos Locais e Estruturantes
12h00 – 14h00	Almoço
SESSÃO 6: Planejamento 2023, próximos passos e encerramento	
14h00 – 15h30	Planejamento 2023 - Subprograma TI
15h30 – 15h50	Intervalo
15h50 – 16h30	Encaminhamentos e próximos passos
16h30	Avaliação randômica e encerramento

4. Relatoria da Reunião

A reunião foi transcrita pelos moderadores da DEVALLOR e sofreu algumas edições para facilitar a compreensão e evitar vícios de linguagem e excesso de coloquialidade. Por isso, recomendamos que a relatoria seja revisada e validada pelos participantes da reunião para adequar o conteúdo e forma de redação e refletir mais fielmente as ideias expressas pelos conselheiros.

DIA 1: 27 DE MARÇO DE 2023

ABERTURA, APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES, OBJETIVO, PROGRAMAÇÃO E COMBINADOS

No dia 27 de março de 2023 os participantes da 9ª Reunião de Governança Indígena reuniram-se em Cuiabá/MT, na sala do CONSEMA, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA. Estavam presentes os representantes do governo do estado de Mato Grosso, FEPOIMT, Funbio, Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e a empresa de consultoria DEVALLOR.

A 9ª reunião teve início com uma mística conduzida pela professora **Darlene Yaminalo Taukane (FEPOIMT)** e contou com a participação dos participantes presentes. Em seguida, todos os participantes apresentando a instituição a qual fazem parte e suas respectivas atribuições. Dando seguimento, a abertura oficial foi realizada pelo Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas, Senhor Marcos Antônio Ferreira, apresentando a governança indígena como a alma do **Subprograma Territórios Indígenas**.

POSSE DOS NOVOS MEMBROS

No momento seguinte, o **Marcos Antônio Ferreira**, do REM MT, convidou três membros a receberem a moeda da governança, oficializando a posse na Comissão de Governança: a **Eliane Xunakalo**, presidente da FEPOIMT; a **Darlene Yaminalo**

Taukane, suplente; e o **Yugo Marcelo Miyaakawa**, servidor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa: apresentou a proposta de dar posse virtual ao seu suplente, um indígena Xavante de Barra do Garças-MT. A presidente da FEPOIMT, **Eliane Xunakalo**, solicitou que seja observado o procedimento regulamentar que diz respeito à oficialização da posse de membros da Comissão de Governança Indígena, sendo necessário que seja oficializado primeiro por sua comunidade indígena para que posteriormente seja oficializado a posse na Comissão de Governança Indígena. Conforme recomendação da presidente, isso deverá ocorrer somente na próxima reunião. O **Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa** insistiu repetidas vezes pela quebra do protocolo pactuado na Comissão de Governança Indígena.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT: deu início à leitura da Ata da 7ª Reunião da Comissão de Governança Indígena e solicitou que os participantes ali presentes registrem junto ao Marcos Antônio Ferreira os pontos que necessitem de correção. Na ocasião foi informado que a 7ª Reunião teve como objetivos: discutir sobre o uso de recursos disponibilizados para os projetos socioambientais indígenas aprovados na última chamada de projetos e refletir sobre as ações executadas para planejar ações para o resto do ano de 2022 e o começo do ano de 2023. Em seguida, a Senhora Maria Paula de Freitas Vanucci leu a lista de nomes dos participantes da 7ª Reunião de Governança.

Ainda a respeito da leitura da Ata, foi informado que a pauta da 7ª Reunião de Governança tratou: 1- Do ato de posse dos novos membros; 2- Do informe sobre a assembléia de mulheres, a FEPOIMT e a comissão de monitoramento do KFW; 3- Avanços dos projetos emergenciais de enfrentamento à Covid-19; 4- Assuntos administrativos e prestação de contas; 5- Leitura e propostas de revisão do regimento interno; 6- Apresentação da Estratégia PCI; 7- Aprovação da chamada de projetos 01 e 02 e próximos passos; 8- Monitoramento participativo do projeto FEPOIMT 2; 9- Planejamento das ações 2022 e 2023; 10- Leitura da Ata da 6ª Reunião de Governança e aprovação; e 11- Encaminhamentos e próximos passos. Cada membro tomou posse e recebeu a moeda da governança. Em relação à assembléia de mulheres, foi informado a criação da FEPOIMT Mulher, como um dos principais resultados alcançados e que o

próximo encontro das mulheres ocorrerá no Território Indígena Xingu. Após o término da leitura, a Ata foi aprovada por todos os participantes da 9ª Reunião de Governança.

Cleidson Tapirapé, da FEPOIMT, informou que não foi contemplado com a distribuição do material do PrevFogo. A Senhora Maria Paula explicou que na referida regional não foi feita ainda a distribuição, e que foi distribuído somente 10 kits de EPIs somente ao batalhão de emergências ambientais, ao término da atividade de capacitação.

O facilitador **Fragoso Júnior**, da DEVALLOR, informou que estava previsto inicialmente na programação um intervalo, mas por questões logísticas isto não seria possível no momento. Então, o moderador sugeriu a opção por seguir em frente com a programação, antecipando alguns pontos previstos na pauta, como por exemplo o andamento das consultorias e o informe da COP27.

ANDAMENTO DE EXECUÇÃO DAS CONSULTORIAS

Seguindo a programação, **Maria Paula de Freitas Vanucci**, do REM MT, apresentou o mapa das “regionais” e em seguida apresentou a representação gráfica com os eixos do Subprograma, com a governança indígena, as sete regionais divididas com os 43 povos indígenas do estado (regional Noroeste, regional Vale do Guaporé, regional Cerrado-Pantanal, regional Xingu, regional Xavante, regional Médio Araguaia e regional Kayapó Norte) e o planejamento integrado. No que diz respeito ao andamento da execução das consultorias, foram abordadas as ações pactuadas:

- 1- **Oficina de capacitação em gestão e elaboração de projetos:** com o objetivo de apoiar as organizações/associações na compreensão de todas as etapas de elaboração e execução de um projeto.
- 2- **Oficina de orientação para regularização das organizações indígenas de base:** com o objetivo de realizar diagnóstico da situação jurídica, fiscal e contábil das associações indígenas de base. Para tanto, foi contratada a empresa LS Assessoria Contábil, que possui muita experiência com associações indígenas.
- 3- **Construção do programa de formação continuada para agentes indígenas ambientais:** com o objetivo de elaborar a proposta para a formação continuada de agentes agroflorestais indígenas no estado de Mato Grosso para fortalecer as atividades de manejo dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e dos territórios, gestão e organização de aspectos socioeconômicos e culturais. O

cronograma deles vai até maio/2023, no entanto, será necessário realizar ainda entrevistas, diagnóstico e apresentação da proposta a ser convalidada.

- 4- **Capacitação em comunicação e mídias sociais (mulheres);** com o objetivo de potencializar a apropriação e utilização da comunicação e das mídias sociais, aliadas à construção de narrativas sob a perspectiva das mulheres indígenas, através de ação formativa. Está previsto a realização de um curso presencial, dividido em 2 módulos, de 3 dias cada, totalizando 30 participantes. Estamos em construção deste processo e providenciando a contratação do profissional que prestará este serviço.
- 5- **Orientações técnicas e de assessoramento na construção de protocolos de consultas livres, prévias e informadas;** com o objetivo de apoiar os povos indígenas do estado de Mato Grosso na elaboração de Protocolos de CLPI, em consonância a Convenção da OIT 169. Está previsto a realização de diagnóstico de quais são os territórios que estão em risco, ou no seu entorno. A partir disso, a consultoria vai tentar estabelecer um modelo orientador, uma vez que cada tipo de impacto implica em pequenas mudanças no modelo do protocolo. Então, será realizado um diagnóstico de áreas críticas e vão propor uma oficina presencial para discutir em linhas gerais como que isso se estabelece e o que é necessário para construir estes protocolos de consultas dos territórios. E vai sair uma cartilha com orientações.
- 6- **Seminário de gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas de MT;** com o objetivo de fortalecer a gestão territorial e ambiental de TI do MT por meio de trocas e intercâmbios de experiências. A empresa de facilitação já está contratada e este processo está em execução, será realizado um seminário nacional de 3 dias, com as datas já marcadas de 03 a 05 de maio, com um total de 120 participantes. Esse seminário coincidirá com os 10 anos de implantação da PNGATI e isso vem junto com aquela ideia que a gente apresentou anteriormente que é a formação de agentes agroflorestais indígenas, e esperamos poder fazer uma reflexão sobre o andamento desta política e comparar como estava antes e como está hoje e quais são os avanços necessários de serem feitos. Esse será um seminário que a gente espera pactuar com vocês o nosso cronograma. Já estão confirmados todos os debatedores do seminário e a grande maioria dos expositores. A gente espera ter a presença da Senhora Ministra Marina Silva e das embaixadas que hoje apoiam o programa REM MT. Contaremos com a participação da lara, estava à

frente na Funai e que participou da construção do PNGATI, e Robert Miller, que já confirmou e fará a moderação de um painel. Também está previsto a participação de representantes da FUNAI, OPAN, Xingu, Kunikui do Acre com a CPI-AC, REM AC, IEB com um Jamamadi, TNC, ISA com a Atix, FASE, REM AC, Forest Trend e MMA. Também serão apresentadas as experiências indígenas em elaboração de planos de gestão em terras indígenas e depois discutiremos o papel dos agentes indígenas ambientais e diálogo com a plenária. Uma questão muito sensível e que também deverá ser discutida é o mercado de carbono em terras indígenas. No último dia serão apresentadas 4 experiências com mecanismos financeiros: Fundo Dema, Fundo Kayapó, Rede de Sementes do Xingu. Quase 80% dos palestrantes previstos na programação já estão confirmados.

Maria Paula de Freitas Vanucci e **Marcos Antônio Ferreira**, ambos do REM MT, esclareceram aos questionamentos do Senhor Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, que abordou a impossibilidade do Subprograma Territórios Indígenas, do Programa REM MT pagar dívidas anteriores das associações que estão em situação irregular. E isto está explícito no próprio manual de operações do Programa REM MT. No entanto, será realizado um levantamento dos problemas e em seguida será oferecido apoio e suporte técnico para a regularização, ou seja, não será disponibilizado recurso financeiro para este fim.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, da FEPOIMT, apontou equívocos no texto, uma vez que o projeto não fará a regularização, mas apenas diagnóstico e orientações técnicas para regularização.

Carolina D. Carvalho, da Funai, perguntou como o subprograma está pensando a participação daquela autarquia federal. E argumentou que a instituição tem interesse em participar desde a etapa do planejamento e acompanhar ao longo do processo.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, explicou à representante da Funai que o momento atual é de construção, de ouvir os autores, e ainda estão construindo a proposta com base na escuta. De toda forma, a empresa contratada vai conversar com a Funai para ouvi-los e só então é que será elaborada uma minuta de proposta. E por fim, a minuta de proposta será convalidada por todos os atores num seminário mais

ampliado, com todos os atores. A intenção é validar a proposta num grande evento, com a presença de todos os parceiros e pensando como a gente pode atrelar esta proposta à uma ação de Estado, como uma política mesmo. Por enquanto estamos na etapa de desenho da proposta, ou seja, na arquitetura da proposta.

Um participante questionou a respeito da falta de informações a respeito agenda/cronograma das atividades de regularização. No entanto, a Senhora Maria Paula de Freitas Vanucci explicou que o cronograma ainda não está pactuado, mas que ao longo desta 9ª Reunião da Governança Indígena pretendem destinar um tempo específico para este fim, de forma que seja possível sair da reunião com o cronograma pronto. Importante ressaltar que até o momento ainda não foi pactuada a data da primeira oficina para regularização das associações, porque a fase atual é de levantamento de informações. Esta consultoria vai até julho e neste período a gente tem que realizar esta oficina.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, explicou à **Carolina D. Carvalho**, da Funai, que cuidaram das palavras porque não pretendem criar muita expectativa, uma vez que a experiência no Acre, com a formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, necessitou de 9 anos para se tornar uma política pública o REM não tem poder para impor algum tipo de encaminhamento para implantação, por se tratar de algo que precise ser construído ao longo do tempo. E esta consulta é só o primeiro passo e, claro, a Funai será ouvida ao longo do processo. Ou seja, trata-se de uma política pública de longo prazo, ainda em fase de construção e que precisa ser discutida.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, da FEPOIMT, questionou a priorização das mulheres nas atividades previstas no Subprograma, em especial nas consultorias em andamento. A Senhora Maria Paula de Freitas Vanucci esclareceu questões elementares relacionadas à falta de espaço e à necessidade de valorizar mais as mulheres e aos acordos e encaminhamentos realizados previamente, tendo em vista tratar-se de uma questão cuja pactuação que já foi realizada.

Darlene Yaminalo Taukane, da FEPOIMT, fez uma réplica rebatendo a fala do Senhor Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa e a classificou como um retrocesso. São assuntos que foram debatidos anteriormente e já estava encaminhado/deliberado. E lembrou a oficina específica para discussão sobre REM para as mulheres de Mato

Grosso e que não se trata de uma discussão nova. Na tréplica, o Senhor Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa informou que não tem conhecimento disso e aproveitou a oportunidade destacou a importância do papel do jovem Xavante, como futuro líder e da paridade da participação do homem no curso de capacitação em comunicação e mídias sociais.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, apontou que a maior parte dos inscritos nos cursos, como por exemplo o curso de elaboração de projetos, são homens, uma vez que do total de 32 pessoas inscritas apenas 3 são mulheres e os 29 restantes são homens. E isto indica que as mulheres não encontraram espaço para participar. Ao perguntarmos para a Eliane, presidente da FEPOIMT, a resposta foi porque a maioria das lideranças que estão a frente dos projetos são homens. Isso é só um contraponto, uma vez que os cursos estão abertos a todos os interessados em se inscrever.

Ianukula Kayabi Suia, gostaria de deixar registrado que nos encontros anteriores a gente conversou sobre a importância de ter um espaço específico para mulheres participarem uma vez que elas se sentem inibidas diante da presença dos homens. O que o Marcão acabou de falar é um caso para se refletir. A questão é quantas mulheres estão incluídas nos cursos que estamos tratando aqui? Enfim, o número de mulheres participando dos cursos ainda é muito baixo. De toda forma, podemos deixar essa discussão para depois.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, sugeriu que fosse seguida a programação destacou que estamos tratando apenas da continuidade daquilo que já tinha sido acordado, para que todos saibam em que pé está. E assim, não está em discussão se o curso será para mulheres ou homens.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, da FEPOIMT, realizou uma nova intervenção para esclarecer que não estava repudiando a participação das mulheres, que continuem do jeito que está e vamos pensar para as próximas considerando a paridade entre homens e mulheres.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, aproveitou para esclarecer a todos os presentes que o protocolo é um documento oficial que cada território deve ter, dizendo como que vai funcionar quando a terra ou o território está em risco e sofrendo algum

tipo de impacto como por exemplo as PCHs, estradas, ferrovias, entre outras. Então, a convenção OIT 169 garante o direito que estes povos estabeleçam como que a coisa vai funcionar, ou seja, que o Estado ou o empreendedor tenham de cumprir para poder ouvir a comunidades e as reivindicações destas comunidades. E isto é estabelecido a partir de um protocolo. A gente sabe que aqui no estado de Mato Grosso alguns povos já possuem esses protocolos, mas muitas vezes eles não conseguem aplicar isto. Ressaltou-se ainda que o edital de seleção das empresas foi aberto, mas as empresas que se candidataram não possuíam experiências com protocolos de consultas. Por este motivo, está em curso um processo de contratação direta junto ao Funbio.

Carolina D. Carvalho, da Funai, acha muito importante esse tema de consulta prévia porque tem visto com frequência algumas instituições entrando nas terras indígenas e apoiando algumas construções de protocolo de consulta, mas de uma forma que o protocolo já está pronto e a discussão é feita sem muito tempo e por isso os indígenas não se apropriam desses protocolos, quando na verdade o processo de discussão deveria ser longo. Então, a lógica da construção do protocolo de consulta deve seguir a lógica do povo indígena e não do empreendedor. Carolina acredita tratar-se de um tema muito delicado. Precisa ser questionado que benefícios e que compensação será oferecida antes do empreendimento ser implementado. Na maior parte dos casos os indígenas acabam indo para a negociação com as empresas, mesmo com muitas dúvidas quanto ao empreendimento que será instalado entrará em funcionamento.

Ianukula Kayabi Suia, afirmou que em algumas terras indígenas os protocolos chegam já prontos e isso é um absurdo. E considera que esta questão faz parte de um dos eixos principais da aplicação dos recursos do REM MT. Ianu considera natural essa dificuldade de encontrar empresas com experiência na área, porque aqui no Brasil a gente não tem muita iniciativa por parte do governo para instalação dos protocolos de consulta, tanto que hoje são chamados protocolos autônomos porque foram iniciativas do próprio terceiro setor e de algumas comunidades indígenas. Por isso, há ONGs especializadas nisso e então realmente não haverá empresas especializadas na construção de protocolos de consulta. Se for o caso ainda, eu gostaria de indicar o instituto de pesquisa IEPÉ, que é uma das maiores referências hoje para este tipo de serviço, para alguns povos indígenas da região do Pará e Amapá. Também é possível citar o Instituto Socioambiental - ISA como referência em protocolos de consulta do território indígena do Xingu. Se for o caso, talvez devesse se considerada a

possibilidade de estabelecer alguma parceria com estas instituições indigenistas, para efetivar esse processo aí.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, informou que todas as 2 organizações foram convidadas, mas não tinham disponibilidade para prestar esse serviço. Em geral essas grandes instituições não gostam de pegar consultorias por considerar que são intervenções muito pontuais, elas querem projetos. Vamos tentar conversar com o IEPE, mas agora essa questão já está encaminhada.

Tereza Cristina Keronazokero, da FEPOIMT, aldeia Rio Verde, representando o Cerrado-Pantanal, se apresentou como participante e justificou seu atraso devido a contratempos que apareceram pelo meio do caminho e manifestou sua gratidão por poder participar deste momento, que tem a ver com a vida dos povos indígenas.

Também se apresentaram **Willian Pareci**; **Tailane Pareci** e **Iranildes Rodrigues Mandicai** porque chegaram após o início das atividades e do momento reservado à apresentação dos participantes.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, argumentou que é importante convidar experiências locais, daqui de dentro, para termos conhecimento do que está acontecendo aqui também, como por exemplo os casos de assédios com Nambikwara envolvendo contratos de REDD. É importante trazer discussões mais práticas e diversificar as lideranças e demais participantes, como por exemplo sobre contratos de REDD.

Iranildes Rodrigues Mandicai, da FEPOIMT, afirmou que é importante trazer Almir Suruí, que conhece os pontos negativos e pontos positivos envolvendo contratos de REDD+.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, afirmou que esta é uma pauta que a gente percebe que cada vez mais precisará ser aprofundada. A gente precisa ter espaços e momentos para isto. No seminário está previsto, mas será apenas uma pincelada mesmo e não nos aprofundaremos muito. Porém, no REM MT fase 2 precisa estar mais presente com informações pra gente se apropriar sobre o tema. A gente precisa de fato de mais espaços para poder aprofundar este tema.

Eliei Rondon, da FEPOIMT: nessa discussão do REM MT a gente não pode misturar uma realidade com a outra, porque em cada povo há uma realidade diferente, uma coisa pode dar certo ou pode dar errado, tudo isso precisa ser bem discutido. Quando a gente pensa num contexto de 43 povos a gente tem que pensar como isso será discutido entre todos estes povos. Isso tem que ser bem discutido para depois os próprios povos indígenas não fazerem uma crítica.

Cleidison Tapirapé, da FEPOIMT, está acompanhando a realidade na ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, dos povos Karajás, no estado do Tocantins, onde também está sendo discutido o mercado de carbono, o que pode ser bom e o que pode ser ruim para os povos indígenas, cada um tem sua própria realidade. Algumas lideranças apoiam e outras não.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, sugeriu pausa para o almoço e necessidade de tirar encaminhamentos específicos para o seminário para poder articular as ações que ainda estão faltando. É importante colocar essas propostas para que seja articulado a participação de outros representantes dessas experiências. Antes do encerramento do 3º dia vamos tirar encaminhamentos específicos para o seminário.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, acha interessante trazer mais pessoas para falar sobre PNGATI. Poderia trazer alguém do Fundo Amazônico, FASE, porque o Mato Grosso precisa estar bem subsidiado a respeito destas questões. Estamos montando um projeto e acho importante trazer organizações que de fato discutem REDD+, com um olhar mais amplo. A presidente afirmou que não tem visto o ISA discutir essas questões de REDD. Sugestão de instituições com experiência no tema, para convidar: RCA, FASE, EDF, GCF, CIR e APIB. É importante diversificar as organizações que virão para apresentar experiências.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, afirmou que a FASE está vindo, ela foi convidada. As instituições que virão são bem variadas. O ISA aparece muito porque tem experiências e conseguem articular os povos que eles desenvolveram este trabalho. De toda forma, vamos considerar as sugestões e vamos ver se é possível articular para participar de alguns dos painéis.

Luiz Francisco Tegon de Pinho, da SEMA, argumentou que está trabalhando procurando um padrão no mercado de carbono para que seja possível atender aos requisitos. E que seria interessante a gente convidar de novo o pessoal especializado nesse tema.

Ianukula Kayabi Suia, argumentou sobre a temática do mercado de carbono, tendo em vista que desde o ano passado foram intensificadas essas questões dentro do grupo (cooptação de lideranças, acessos ao território indígena etc.). Aqui no Mato Grosso ainda não estamos preparados para entender essas empresas que estão chegando. Precisamos pensar sobre isso e fazer esse espaço funcionar. Mais à frente podemos ver como o REM MT poderá contribuir com isso.

Raial Urutu Puri, da TNC, disse que esse tema de crédito de carbono lá no Acre ainda precisa avançar, e o que está sendo dito aqui em grande medida também está presente na experiência lá do Acre. E destacou a questão dos protocolos de consulta, porque é um instrumento que pode fortalecer os parentes na luta. No Acre há 2 boas experiências com os Jamamadi e os Jaminawa através da CPI-AC. É muito importante fortalecer esta discussão anterior que é uma forma de lidar com essa questão do mercado de carbono.

O facilitador **Fragoso Júnior**, da Devallor, tratou dos encaminhamentos para encerramento da discussão e saída dos participantes para a pausa do almoço.

Julia Raquel Manguiera, da TNC, argumentou que esse tema de crédito de carbono acontece a mais tempo no estado do Acre, mas ainda precisa avançar um pouco mais aqui no estado de Mato Grosso.

INFORME: COP 27

Lígia Nara Vendramin, do REM MT, apresentou os participantes da delegação do governo do estado de Mato Grosso e os respectivos órgãos de origem de cada um que participou da conferência COP27, no Egito. Como a agenda estava muito apertada, buscou-se uma sala que pudesse comportar as pessoas para uma rápida apresentação das experiências do REM. A delegação do REM AC também estava presente, juntos e com apoio da GIZ tentamos organizar o evento de comemoração dos 10 anos do Programa REM. Foi relatado a presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva; do

governador do Pará, o Senhor Jader Barbalho; e do governador do Acre. Os indígenas representantes do Acre fizeram o relato da experiência deles com o recebimento de Royalties e por serviços ambientais. Há interesse em realizar intercâmbio com comunidades indígenas do Acre que já possuem esta experiência.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, o evento COP27 lembrava muito a torre de babel, com vários povos e vários idiomas disputando o mesmo espaço. E cada um desses povos buscando soluções para os seus problemas. Não há dúvidas, não há questionamentos quanto à importância dessa agenda das mudanças climáticas. Temos que nos apropriar cada vez mais dessa agenda.

Lígia Nara Vendramin, do REM MT, informou que o Senhor governador do MT participou o tempo todo, ao longo do dia, e apresentou as estratégias para o estado de Mato Grosso assumir sua parte na luta para mitigar o impacto das mudanças climáticas.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, considerou muito importante ter participado porque foi possível ocupar os espaços para discussões e conversas com outros países, com outros povos. E também pode participar das festividades do REM. Se não fosse o REM nós não teríamos nenhum recurso destinado para custear as atividades para os povos indígenas aqui no estado de Mato Grosso. E nós também participamos da comemoração dos 10 anos do Programa REM. Foi muito importante ter a oportunidade de participar da COP27 e espera participar da COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Ianukula Kayabi Suia, informou que a participação dele se deu pelo movimento indígena. A gente foi como membro da Rede de Cooperação Alternativa da Amazônia, representando 5 organizações indígenas da Amazônia, e a intenção era conhecer como são os preparativos, e os eventos paralelos que acontecem nas prévias da COP oficial e que reúne lideranças indígenas de vários cantos do mundo. Nós ficamos muito surpresos com o nível. Acompanhamos também o debate no UFCCC e percebemos que nós povos indígenas temos uma representação bastante duvidosa, porque estamos acostumados a ver no Brasil que não temos uma participação importante dentro dessa plataforma do clima, enquanto povos indígenas. Quem faz a representação dos povos indígenas é um parente lá do México, mas a realidade que ele representa dos povos indígenas é bem distante da nossa aqui no Brasil. A nossa intenção ao participar da

COP27 era marcar presença lá, e tentar ter voz para que esta plataforma se construa de fato. E agora ao ver este novo governo que se instala, e vendo ainda a criação do Ministério dos Povos Indígenas, acreditamos que é possível influenciar mais nesta plataforma para que possamos apresentar o nosso posicionamento de uma forma mais oficial, porque hoje ainda não temos isso. A nossa participação foi basicamente isso, nós acompanhamos apenas a primeira semana de atividades da COP27 e alguns eventos paralelos, porque se manter numa cidade turística como aquele é muito caro. Havia uma tenda chamada Amazônia, se não me engano, onde fizemos um evento paralelo para tratar dos planos de gestão territorial e a nossa participação nos mercados de carbono com um pouco mais de segurança. Esperamos estar mais preparados para a COP28 em Dubai. Porque algumas propostas, deliberações e encaminhamentos são tomados um pouco antes.

Lígia Nara Vendramin, do REM MT, informou que a delegação do REM MT tinha a expectativa da assinatura do memorando de entendimento do programa REM MT 2, mas o KFW achou melhor esperarmos um pouco para formalizar a próxima fase. O Reino Unido ainda não tem uma posição clara. Mas até junho de 2023 teremos uma resposta clara a respeito dos investimentos do Reino Unido.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, a gente participou como membro da rede de organizações indígenas da Amazônia, com suas 5 organizações. Nós ficamos muito surpresos com o nível do evento. No UNFCCC pudemos acompanhar os debates e ver como se dá a participação dos representantes dos povos indígenas de outros países. Nós como indígenas não temos espaço para participar desta plataforma. Atualmente, quem representa os povos indígenas nesta plataforma é um parente do México. Mas agora com este novo governo federal nós entendemos que poderemos colocar o nosso posicionamento de uma forma especial. Percebemos que é muito caro custear as despesas de permanência no local do evento. Nós fizemos um evento paralelo lá sobre os povos indígenas, mercado de carbono, salvaguardas e políticas necessárias para o enfrentamento das mudanças climáticas. Infelizmente, não assistimos as falas das autoridades, durante a segunda semana. Aquilo ali é só um espaço para publicizar as ações decorrentes dos acordos firmados entre os países. Podemos pensar do programa REM MT nos ajudar a nos preparar para participar desse tipo de evento.

Renata Costa, da GIZ, se apresentou e disponibilizou a publicação para todos os participantes da reunião acessarem e divulgarem. Esta publicação trata dos 10 anos do programa REM, o KfW e GIZ apoiaram, e agora está disponível em formato online. Optamos por não fazer esta publicação impressa, para não levar muito papel. Lá tem várias curiosidades, o histórico do Programa REM, e tem 2 destaques no Brasil: no Acre e no Mato Grosso, o Subprograma de Territórios Indígenas.

Darlene Yaminalo Taukane, da FEPOIMT, os programas são muito importantes para nós os povos indígenas. Participei de um congresso de energia e ouvi que nós conseguimos as coisas. Os Bakairi fizeram uma luta muito grande para conseguir energia. Eu vejo que nenhum governo tem uma política para os povos indígenas. Desde a década de 70 e 80 que a gente vem lutando pela melhoria, pelas coisas e eu vejo que realmente esses recursos internacionais que estão chegando para os povos indígenas não são migalhas, são importantes e são necessários. Precisamos continuar avançando um pouco mais em busca de mais visibilidade.

Tereza Cristina Keronazokero, da FEPOIMT, pela primeira vez tivemos a participação de indígenas de Mato Grosso, mesmo assim foram poucos. De toda forma o REM MT é muito importante para os povos indígenas. O Programa REM MT deve proporcionar a participação de um número maior para que os indígenas possam acompanhar as discussões sobre as mudanças climáticas e isso inclui ter todos os documentos necessários, como por exemplo o passaporte. Com isso, esperamos levar também jovens e mulheres à COP. Acreditamos que o fortalecimento da participação dos indígenas é também o fortalecimento do REM.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, ressaltou que a participação de 4 indígenas extrapolou gastos da ordem de R\$ 110 mil. É importante ter uma participação maior, mas temos que observar também os custos. A quantidade de recursos é a mesma, mas temos que olhar de onde vamos tirar esses recursos para cobrir as despesas de envio de uma delegação para a COP. Dá para levar mais indígenas para COP? Sim podemos, mas temos que fazer ajustes e definir prioridades para a gestão dos recursos, em função de auditorias no programa. Estes ajustes que a governança pode fazer. Por exemplo: precisamos estar cientes que para levar 8 pessoas para a COP não sai por menos de R\$ 200.000,00. É importante lembrar que recurso do REM é dinheiro público, a gente

passa por auditoria como qualquer outro recurso, então o zelo no uso deste recurso é essencial.

Lígia Nara Vendramin, do REM MT, reiterou que esta construção é importante, estar preparado para estas discussões é muito importante, mas o grupo precisa pensar bem sobre como investir esse dinheiro. Precisamos estar sempre fazendo essa análise dos custos e benefícios no que se refere à utilização dos recursos.

INFORME: ASSEMBLEIA FEPOIMT

Maria Paula de Freitas Vanucci, eu proponho que a gente avance nas outras pautas, a assembleia foi no território dos Rikbatsa. Havia 3 chapas na assembleia, mas uma chapa desistiu. A gente vai numa assembleia para conhecer e para votar/contribuir também. O processo de eleição da chapa foi muito tranquilo, foi um momento de se encontrar.

Darlene Yaminalo Taukane, da FEPOIMT, informou que a Presidente Eliane precisou sair para reuniões externas de articulação, arrecadar materiais, conseguir apoio para aquisição de alimentos e acertar a logística da entrega dos materiais para a reunião, por isso ela não está aqui neste momento. Sobre a assembleia, todas as regionais foram participar, com recursos do REM apoiando as organizações. Os Xavantes fizeram articulações com outros parceiros para viabilizar o apoio e garantir a participação nas assembleias. Tivemos 3 chapas e uma delas desistiu depois. Uma observação importante é que os parentes levaram muita gente da família e não apenas quem ia votar na assembleia. E por isso, o alojamento não tinha como oferecer vaga para todo mundo. Em seguida discorreu brevemente sobre cada uma das chapas que se formaram para concorrer na eleição para presidente da FEPOIMT e sobre a presença do Raoni, que foi lá para acompanhar a eleição.

Eliel Rondon, da FEPOIMT, a assembleia é um momento especial para os grupos dos povos indígenas interagirem sobre todas as questões políticas e sociais dos povos indígenas de Mato Grosso, como por exemplo: saúde, educação, político e outros. Estamos ainda aprendendo a trabalhar com tudo isso como é fazer a construção política. É muito importante a oportunidade de fazer encontro de lideranças que quase nunca

conseguem se encontrar. E tudo isso cria oportunidade para fazermos a reciclagem e troca de conhecimento de uns com os outros.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, informou que muitas lideranças de regiões diferentes estiveram participando da assembleia. Tivemos muita dificuldade de entendimento da “palavra jurídica”. A gente se perdeu sobre o entendimento do estatuto e votação. Ficamos em dúvida sobre qual é o momento que se tem direito de voz e voto. E a gente ficou com dúvida, mas só o jurídico que pode entender. O resto tivemos só reunião, banho, alojamento entre outros.

Renata Costa, da GIZ, informou que iria fazer uma fala institucional. Não foi só um evento, foi uma grande assembleia de 43 povos indígenas em Mato Grosso, estavam presentes praticamente todos os povos indígenas. Eu fiquei numa posição muito gloriosa, a de registrar as pessoas. Então, eu passei 2 dias inteiros na frente do computador registrando tudo o que se passou na assembleia. Houve a participação da COIAB, ela apoiou e estava presente. Eu achei muito bem-organizado e que a FEPOIMT está com uma maturidade boa para organizar esse tipo de evento. Claro que ainda temos coisas que juridicamente ainda geram dúvidas, isso a própria FEPOIMT vai resolvendo no caminhar. A GIZ apoiou também no âmbito de relatoria desta assembleia. A gente ainda não conseguimos organizar todos os registros (fotográficos, relatorias, painéis gráficos, moderação etc.), mas está em andamento. Um momento muito marcante para mim foi quando eles, os indígenas, estavam votando ou se organizando para votar. A possibilidade de articular enquanto conviviam dentro da aldeia foi importante. As 7 regionais e as secretarias de cada regional participaram e apoiaram. Estão de parabéns pela organização da assembleia, só faltou o voto eletrônico. O relatório da assembleia vai sair em breve e vai compor o portfólio da FEPOIMT, e todos vocês terão acesso à essa publicação.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, a assembleia foi um misto de muitas emoções e a gente conseguiu atingir o nosso objetivo. Enquanto povos indígenas nós mostramos que sabemos fazer uma festa da democracia. O nosso processo eleitoral foi muito emocionante, desde o início até a votação e a apuração dos votos. A gente sempre fica ansiosa e um pouco nervosa e agora estamos no processo de consolidar a FEPOIMT como instituição. Agora, entre os dias de 10 a 13 de abril, Cuiabá será novamente um território indígena, quando faremos o nosso acampamento Terra Livre.

O momento agora não é de quantidade, mas de qualidade das lideranças indígenas que vêm de todas as regiões para que possam dialogar com todas as esferas que estarão aqui exatamente para receber as demandas, mas também para receber propostas de resolução de problemas.

ANDAMENTO DA EXECUÇÃO TÉCNICA: EDITAIS 01 E 02/2022

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, fez um informe sobre os editais nº 01/2022 e nº 02/2022. Todo o processo de seleção foi por regional, a gente chegou ao montante total de 16 projetos locais e 7 projetos estruturantes. Pensamos em mostrar um pouco a quantidade de recursos, a quantidade de projetos, quem são e os objetivos.

Na regional NOROESTE a gente teve aprovado 5 projetos locais e 1 projeto estruturante, beneficiando 6 povos indígenas (Apiaká, Paiter Suruí, Enawenê-Nawê, Kawaiwetê/Kayabi, Mundurucu e Rikbatsa), perfazendo o valor total de R\$ 1.999.991,25. As vezes o projeto estruturante se articula até com outra regional e com mais de um povo. No caso da região Noroeste, quem está administrando o projeto estruturante é a Pacto das Águas, buscando promover o uso sustentável da sociobiodiversidade. O projeto estruturante está sendo executado pela Associação Pacto das Águas (Figura 1).

Figura 1. Projetos da regional Noroeste.



Na regional XINGU foram aprovados 2 projetos estruturantes e 6 projetos locais, beneficiando 15 povos indígenas (Khisedje, Yawalapiti, Matipu, Nafukua, Yudja, Kawaiweté, Ikpeng, Kamaiura, Waurá, Aweti, Kalapalo, Kuikuro, Trumai, Mehinako, Tapayuna), perfazendo o valor total de R\$ 3.127.692,44. O projeto estruturante apresentado pela Associação Terra Indígena Xingu - TIX, com o objetivo de garantir estruturas nos polos ou em pontos estratégicos do território, de forma a apoiar as atividades de proteção territorial, governança, mobilização política, geração de renda, gestão de associações e inclusão das mulheres (Figura 2).

Figura 2. Projetos da regional Xingu.



Na regional CERRADO PANTANAL foram aprovados 1 projeto estruturante e 3 projetos locais, beneficiando 4 povos indígenas (Balotiponé/Umutina, Nambikwara, Kurâ Bakairi e Guató), perfazendo o valor total de R\$ 1.492.646,25. O projeto estruturante apresentado pelo i9SOL, com o objetivo de capacitar as comunidades indígenas de

Mato Grosso para domínios em produção e manutenção de geradores de energia solar (Figura 3).

Figura 3. Projetos da regional Cerrado Pantanal.

REM
MATO GROSSO

01 Projeto Estruturante

03 Projetos Locais

04 Povos beneficiados:
Balotiponé/Umutina,
Nambikwara, Kurá
Bakairi e Guató

R\$ 1.492.646,25

CERRADO PANTANAL

Projeto Estruturante

1. Instituto de Inovação e Soluções em Sustentabilidade - Instituto i9Sol

Objetivo Geral: Capacitar as comunidades indígenas de Mato Grosso para domínios em produção e manutenção de geradores de energia solar a satisfazer demandas críticas por eletrificação em locais sem acesso à distribuição de energia estruturada, com o protagonismo dos participantes e o empoderamento de mulheres e jovens.

Projetos Locais

1. Associação Comunitária da aldeia Águas Correntes – ASCUM/ASCOMAC

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento sustentável por meio de integração de lavoura/floresta na construção de projetos alternativos de geração de renda e comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores indígenas Balotiponé.

Na regional VALE DO GUAPORÉ foi aprovado 1 projeto estruturante, beneficiando 2 povos indígenas (Chiquitano e Nambikwara), perfazendo o valor total de R\$ 1.000.000,00. O projeto estruturante apresentado pelo ICV, com o objetivo de fornecer meios para fortalecer o protagonismo indígena no Vale do Guaporé (Figura 4).

Figura 4. Projetos da regional Vale do Guaporé.

REM
MATO GROSSO

VALE DO GUAPORÉ

01 Projeto Estruturante

02 Povos Beneficiados:
Chiquitano e Nambikwara

R\$ 1.000.000,00

Projeto Estruturante:
Instituto Centro de Vida (ICV)

Objetivo Geral:
Fornecer meios para fortalecer o protagonismo indígena no Vale do Guaporé a partir de iniciativas existentes e práticas produtivas relacionadas à cultura dos povos indígenas

Na regional NORTE KAYAPÓ foi aprovado 1 projeto estruturante, beneficiando 4 povos indígenas: Kayapó (Metukire e Mekranogtire), Trumai, Tapayuna e Juruna (Yudjá), perfazendo o valor total de R\$ 995.447,00. O projeto estruturante apresentado pelo Instituto Raoni, com o objetivo de fortalecer a soberania territorial e a autonomia indígena por meio do apoio de atividades econômicas (Figura 5).

Figura 5. Projetos da regional Norte Kayapó.

REM
MATO GROSSO

NORTE KAYAPÓ

Projeto Estruturante

01 Projeto Estruturante

04 povos Beneficiados:
Kayapó (Metukire e Mekranogtire), Trumai, Tapayuna e Juruna (Yudjá)

1. Instituto Raoni

Objetivo Geral: Fortalecer a soberania territorial e a autonomia indígena através do apoio de atividades econômicas, culturais, ambientais e da promoção do protagonismo das mulheres nos Territórios Indígenas Capoto Jarina, sul da Menkragnoti e norte da Terra Indígena do Xingu.

R\$ 995.447,00

Na regional MÉDIO ARAGUAIA foi aprovado 1 projeto estruturante, beneficiando 5 povos indígenas (Karajá, Tapirapé, Maxakali, Kanela e Krenak), perfazendo o valor total de R\$ 988.515,00. O projeto estruturante apresentado pela OPAN, com o objetivo de fomentar a gestão ambiental e territorial, promover a estruturação e o fortalecimento das organizações comunitárias (Figura 6).

Figura 6. Projetos da regional Médio Araguaia.

REM
MATO GROSSO

MÉDIO ARAGUAIA

01 PROJETO ESTRUTURANTE

05 Povos Beneficiados:
Karajá, Tapirapé, Maxakali, Kanela e Krenak.

Projeto Estruturante

1. Operação Amazônia Nativa

Objetivo Geral:
Fomentar os processos de gestão territorial e ambiental, bem como promover a estruturação e fortalecimento das organizações comunitárias e a ampliação das ações de segurança e soberania alimentar em execução nos territórios indígenas da Regional Médio Araguaia/FEPOIMT.

R\$ 988.515,00

Na regional XAVANTE foram aprovados 2 projetos estruturantes e 2 projetos locais, beneficiando o povo, perfazendo o valor total de R\$ 2.346.542,30. O projeto estruturante apresentado pela TNC, com o objetivo de fomentar a gestão ambiental e territorial das terras indígenas Xavante (Figura 7).

Figura 7. Projetos da regional Médio Araguaia.

REM
MATO GROSSO

XAVANTE

02 Projetos Estruturantes
02 Projetos Locais
Povo Beneficiado:
Xavante

R\$ 2.346.542,30

Projetos Estruturantes

1. Instituto de Conservação Ambiental- The Nature Conservancy do Brasil – TNC
Objetivo Geral: Fomentar a gestão ambiental e territorial das terras indígenas Xavante, baseada na construção de uma visão de futuro baseada nas ferramentas da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) por meio da capacitação técnica de agentes e lideranças indígenas, no contexto do fortalecimento institucional e governança das organizações do povo Xavante no processo de priorização de iniciativas e projetos de gestão territorial e ambiental do território do povo Xavante.

2. Instituto de Inovação e Soluções em Sustentabilidade - Instituto i9Sol
Objetivo Geral: Capacitar as comunidades indígenas de Mato Grosso para domínios em produção e manutenção de geradores de energia solar a satisfazer demandas críticas por eletrificação em locais sem acesso à distribuição de energia estruturada, com o protagonismo dos participantes e o empoderamento de mulheres e jovens.

Ianukula Kayabi Suia, da FEPOIMT, perguntou se o projeto está em execução e como é a representação na regional Xingu. A gente como organização de base da FEPOIMT nos esforçamos para que o projeto tenha a maior transparência possível. Então, precisamos rever o tipo de publicação das chamadas/editais, precisamos mudar isso para que tenhamos uma maior transparência.

Darlene Yaminalo Taukane, da FEPOIMT, afirmou que um indígena ficou sabendo que o edital estava aberto e que poderia estruturar uma fonte de energia renovável (solar) em sua aldeia. No entanto, ele já queria o sistema pronto para instalar. As aulas do curso de energias renováveis começaram em fevereiro via EAD, mas em julho começam as presenciais na UFMT. A meta é formar 80 alunos, que serão avaliados para vir a Cuiabá. A meta é atingir 26 mulheres.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, afirmou que teve a chance de participar de uma oficina de energia renovável e achou formidável. Quando abrimos um edital, um proponente informou que iria fazer uma articulação com os atores que serão envolvidos nos projetos. No entanto, a gente não tem o controle nem formas de verificar se a comunidade está de fato respaldando a proposta apresentada.

Ianukula Kayabi Suia, da FEPOIMT, afirmou que não tem como assegurar que a divulgação foi bem-feita e estruturada de forma a permitir que a informação circule bem antes do término do prazo para apresentação da proposta. Em algumas terras indígenas nós não temos os projetos locais e isso já é um bom indicador da realidade, tendo em vista que as associações locais ainda precisam de apoio. De alguma forma, as associações locais precisam se capacitar/se qualificar para ter seus projetos aprovados.

Cleidson Tapirapé, da FEPOIMT, reiterou a fala do **Ianukula** ao afirmar que algumas organizações indígenas já estão com projetos emergenciais e não conseguiram concorrer por diversos motivos, inclusive falta de estrutura. É necessário fazer capacitações junto às entidades indígenas para que possam fazer a regularização e se organizarem melhor.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, esclareceu que as chamadas nº 01/2022 e nº 02/2022 têm gerado muito aprendizado. Tivemos certa demora na análise dos projetos porque toda a equipe que analisa é de voluntários, são professores da UFMT, IFMT colegas da Funai, variando conforme o tema a ser analisado. Mas é um trabalho voluntário, ninguém que se propôs a analisar um projeto trabalhou menos que 20 a 40 horas de graça. E concordando com o que o **Ianukula** falou, a gente detectou de diversas regionais não têm projetos locais, inclusive houve um pedido de um Arara nos relatos da reunião passada que na segunda fase do REM MT a gente apoie mais as instituições que não tiveram projetos aprovados. Justamente porque eles têm dificuldade de comunicação por internet, têm dificuldade de escrever, têm dificuldade com a língua. E esses cursos de capacitação em gestão de projetos já são parte do nosso aprendizado e por isso a gente está caminhando a cada dia para tentar melhorar a nossa capacidade. Existe um tema que é muito importante, que é a questão do fogo. Nós tivemos vários projetos que solicitaram apoio às brigadas indígenas, apoio à capacitação de brigadas voluntárias, apoio à compra de equipamento. O problema de tudo isso é que precisa de uma autorização da Funai. Talvez seja oportuno trazer essa gestão para perto do REM MT. Não podemos criticar por não ter conseguido avaliar 100% dos projetos que chegaram, no sentido de não checar 100% das anuências e conformidade das propostas que chegaram ao REM MT.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, teceu comentários a respeito da necessidade de fortalecer estas organizações no sentido de criar condições para elas apresentarem os seus projetos. Outra questão que é importante discutir é o acesso aos recursos existentes, a facilitação. Em alguns casos podem ser editais muito complicados e intimidadores para algumas associações, pelo nível de exigência muito grande, mas esta é uma discussão para um outro espaço e que precisa ser maturada, amadurecida pelos representantes indígenas, que é junto aos financiadores, visando estratégias que facilitem o acesso aos recursos disponibilizados e também fortalecer as associações para escreverem um bom projeto com o que a gente tem hoje. Por isso, acho que o curso que se inicia em abril/2023 será uma grande oportunidade, ele está dividido em 3 módulos de 5 dias. E ele não só vai tratar da questão da elaboração de projetos, mas também da gestão administrativa e da financeira. Porque não adianta escrever um bom projeto e chegar lá na frente e não conseguir executar.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, informou que embora o programa REM MT tenha esse subprograma exclusivo para os povos indígenas, existem outros subprogramas, como por exemplo o subprograma da Agricultura Familiar. E lá os indígenas também podem concorrer. Nos próximos dias o coordenador **Marcos Paulo** virá para dar algumas ideias para a governança indígena a respeito dos projetos apoiados por esse subprograma.

O facilitador **Fragoso Júnior**, da Devallor, encerrou o dia e solicitou aos participantes o preenchimento do “humorômetro”, trata-se de uma ferramenta de avaliação diária, com questões sobre a participação pessoal, em grupo e também uma avaliação da moderação.

DIA 2: 28 DE MARÇO DE 2023

AVANÇOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DO PLANO EMERGENCIAL

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, sugeriu seguir a programação abordando o plano emergencial, considerando algumas questões importantes para a avaliação. E desta forma, também serão apresentados os resultados obtidos até o momento pelo subprograma Territórios Indígenas.

Também foi necessário retificar os valores que constam da apresentação do **Marcos Antônio Ferreira**, do REM MT, no que se refere ao projeto da regional Xingu que agora consta com o orçamento total de R\$ 2.178.092,44, sendo 1 estruturante, da ATIX, com 6 projetos locais. No caso da regional Xavante, após a retificação dos valores, o montante passou a ser de R\$ 1.396.932,30, para 2 projetos estruturantes e

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, da FEPOIMT, fez intervenção abordando que a falta de cuidados com a água, por parte da Funai, na década de 70 e 80, contribuiu para a escassez desse recurso. E atualmente, com projetos em parceria com a TNC, a água está voltando.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, todos os projetos e enfrentamento da Covid-19 pelos povos indígenas do Norte do Mato Grosso estão em execução a contento. Para tanto foram adquiridos kits com ferramentas, combustível, diárias, insumos, entre outros. O principal desafio esteve relacionado à logística, gestão de recursos das associações locais e comunicação com as associações locais. O maior aprendizado foi a gestão de projetos com o Funbio, e entender como pequenas organizações estão estruturadas, para entender como elas podem ser fortalecidas. Também foi importante para entender os desafios locais de cada organização. Trouxe novas oportunidades, principalmente no apoio à segurança alimentar, através do apoio para o trabalho nas roças e criação de galinhas, novas formas de gestão de recursos (seguindo o que está estabelecido no MEP) e apoio no atendimento da saúde da forma tradicional (com atendimento de pajés) e fortalecimento do atendimento na saúde tanto do povo Apiaká, através da aquisição de equipamentos médicos e medicamentos, e no caso dos Kayabi, fortalecimento da comunicação com um ponto de internet.

No projeto **Vale do Guaporé Saudável e Sustentável** foi possível observar três desafios: i) Encontrar prestadores de serviço (ex: pedreiro, hora/máquina, frete) na região, com disponibilidade e que emitam NF; ii) Aprendizado com a implementação do Projeto; e iii) As atividades de plantio e criação de animais teriam sido desenvolvidas de maneira mais eficiente com o acompanhamento presencial por profissional que possa prestar assistência técnica. No que diz respeito aos resultados/impactos que o projeto proporcionou aos beneficiários, é possível afirmar que o aumento da segurança alimentar com a produção de aves, piscicultura e plantios (banana, milho e hortas) e

fortalecimento das organizações indígenas de base que participaram das tomadas de decisão ao longo de toda execução do projeto.

No projeto **Cerrado Pantanal Saudável e Sustentável** foi possível observar que o principal desafio encontrado foi alinhar o calendário do projeto, com o calendário climático (produtivo) e calendário cultural. O aprendizado com a implementação do Projeto foi com as reuniões remotas abertas para quem quisesse participar, a execução a distância não permitiu ampla participação em alguns subprojetos, e algumas decisões ficaram concentradas no ponto focal indicado pela comunidade. A execução à distância não permitiu a participação de alguns subprojetos e as decisões ficaram concentradas. No que diz respeito aos resultados/impactos que o projeto proporcionou aos beneficiários, destaca-se o aumento da segurança alimentar com a produção de aves, psicultura, plantios e também com meios de transporte para facilitar o deslocamento e escoamento da produção. Houve também o fortalecimento das organizações indígenas de base que participaram das tomadas de decisão ao longo de toda execução do projeto.

No projeto **Noroeste Saudável e Sustentável** foi possível observar que o principal desafio encontrado foi acompanhar a execução das aglutinadas de maneira remota. No que se refere ao aprendizado com a implementação do Projeto, cabe ressaltar que as organizações indígenas da Regional Noroeste estão em diferentes graus de maturidade e exigem diferentes esforços de acompanhamento. Há necessidade de estruturar cadeias produtivas e arranjos locais para valorização, escoamento e comercialização de produtos de diferentes povos. Quanto aos resultados/impactos, o projeto proporcionou aos beneficiários o fortalecimento das organizações indígenas de base que participaram das tomadas de decisão ao longo de toda execução do projeto e a maioria está realizando a execução financeira.

No projeto **Apoio Emergencial para Enfrentamento do COVID-19 dos Povos do TIX** foi possível observar que o principal desafio encontrado foi atender os prazos previstos no projeto (prazos de compra, entrega, logística e relatórios). Como aprendizado decorrente da execução é possível destacar muitas carências dentro da nossa instituição, são pontos que vamos e estamos melhorando. Outro aprendizado foi a comunicação direta com a base, que esse contato ajuda a entender as demandas das aldeias e como podemos atender essas carências. Como resultados/impactos

decorrentes da execução do projeto é possível destacar que o projeto contribuiu em muitos aspectos nas aldeias do Xingu. Muitos desses aspectos eram demandas antigas das aldeias. O Projeto auxiliou a dar o impulso inicial de muitas atividades que podem vir a crescer nas comunidades e possibilitar a soberania alimentar e geração de renda.

No projeto **Regional Xavante de enfrentamento dos impactos da pandemia na segurança alimentar das comunidades** foi possível observar que o principal desafio encontrado foi a organização da rede de articuladores indígenas nos projetos locais para a distribuição e registro de quais pessoas e famílias receberam os kits (ferramentas e agrícolas). Além disso, dada a dispersão territorial do projeto, foi bastante complexo fazer as aquisições de combustível para a realização das reuniões dos Projetos Aglutinados que não possuíam associação ou organização local para fazer as aquisições. Como aprendizado com a implementação do projeto é possível destacar a sensibilização de lideranças e representantes xavante para temas da gestão territorial e ambiental de terras indígenas trouxe um grande aprendizado sobre os desafios territoriais e de organização do povo Xavante. Tivemos a oportunidade de conhecer melhor as formas de organização do povo Xavante e, ao mesmo tempo, trocar conhecimentos. Aprendemos que a roça tradicional Xavante tem conhecimentos valiosos e muitos desafios para que possa ser uma tecnologia de produção de alimentos num contexto territorial no qual os Xavantes estão ilhados em meio ao universo do agronegócio e toda cadeia de produção de insumos e tecnologias. Como resultados/impactos decorrentes da execução do projeto, destaca-se o conhecimento de novas técnicas de gestão da terra com as técnicas dos Sistema Agroflorestais e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

No projeto **Regional Médio Araguaia de fortalecimento da gestão territorial e ambiental para enfrentamento das pandemias** o principal desafio encontrado foi repassar os recursos para organizações indígenas e acompanhar a execução física e financeira das atividades do projeto. E como aprendizado com a implementação do Projeto é possível citar o trabalho com os projetos aglutinados que não tinham associações para execução direta; discutir a repartição de benefício entre povos indígenas bastante distintos culturalmente e territorialmente; fazer as aquisições diretas de combustível e outros insumos nos mercados regionais próximos as terras indígenas. Como resultados/impactos o projeto proporcionou aos beneficiários o fortalecimento da

FEPOIMT na regional Médio Araguaia; o fortalecimento da segurança alimentar; capacitação em temas da PNGATI; e o fortalecimento de organizações indígenas.

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, afirmou que acredita que houve aprendizado a respeito do uso dos sistemas GPWEB e Cérebro, por parte das organizações durante a gestão dos projetos.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, destacou que as associações indígenas informaram que o processo é demorado, as prestações de contas atrasam e que os repasses atrasaram. Foram recebidas críticas por parte das organizações e isto não bate com as falas apresentadas aqui.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, relatou que há aglutinadoras que não têm informações. Em alguns casos, houve suspensão do repasse dos recursos. E isso ocasionou o envio de vários relatórios do REM MT sem os dados essenciais.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, argumentou que isso é um exercício, e que tivemos muita aprendizagem nesse processo. As vezes a distorção dos resultados pode estar relacionada à visão da pessoa que respondeu.

Darlene Yaminalo Taukane, da FEPOIMT, informou que faltou a informação sobre os recursos destinados a cada regional.

Soilo Urupe Chue, da FEPOIMT, teve o reajuste a partir do Covid-19. A questão das aglutinadoras, as vezes foi 1 pessoa da aglutinadora que fez e isso não reflete a realidade. É um processo para todo mundo, para o Funbio, para as aglutinadoras e para nós. De uma forma geral foi positivo, mas precisamos tomar alguns cuidados. As informações apresentadas são apenas uma síntese. De forma geral, foi positivo e deu um bom resultado.

Renata Costa, da GIZ, questionou: o que fazer com uma avaliação depois que ela foi apresentada? Isso faz parte da curva de aprendizado. E como sugestão defendeu que se deve apoiar mais os pontos focais. O plano emergencial foi uma decisão tomada por esta governança. Precisamos pensar que não vamos resolver tudo agora, mas o que dá para indicar? É mais importante pensar em novos formatos de avaliação ou manter os

mesmos? Vai ter também o monitoramento participativo que poderá nos fornecer mais subsídios para a curva de aprendizado. Então, considerar os dados da apresentação (gráficos) e as falas e depoimentos que apareceram.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, argumentou que na prática são 2 recortes: por ser emergencial e por ser um único avaliador.

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, informou ter essas preocupações sobre quais os aprendizados já tiveram, estamos acompanhando mensalmente e fazendo reuniões com todos os projetos. Temos que considerar também o processo de feedback, temos os dados e temos que saber quem e como responderam isso. A nota fiscal não é uma exigência que partiu do Funbio, é da legislação brasileira. Tudo o que foi executado precisa de nota fiscal para comprovar os gastos realizados. O Funbio tem seus prazos, mas houve muita demora das aglutinadoras. Todos os projetos locais prestam contas do recurso executado. O planejamento financeiro é essencial. De certa forma, na gestão no Funbio estão mais ágeis.

Edimar Rodrigues Roaribo Kajejeu, da FEPOIMT, argumentou que achou interessante a avaliação porque dá para medir algo e ter isso como um indicador de alerta. Com isso, a gente começa a planejar mais. Citou as pontuações roxas, para apontar a necessidade de melhorar a transparência e o planejamento.

Ianukula Kayabi Suia, esclareceu que já foram superadas as questões relacionadas às prestações de contas citadas pela **Amanda Camargo Heinrich Carrara** (Funbio). E ressaltou que, a aglutinadora que se submeteu e apresentou o projeto, precisará cumprir o que se comprometeu a fazer. A questão que as associações trazem aqui para a reunião considera também a estrutura da cidade que dificulta a emissão da nota fiscal, pois alguns estabelecimentos não conseguem ou se omitem na emissão.

Cleidson Tapirapé, da FEPOIMT, afirmou que os materiais chegaram muito atrasados e que precisam conversar com os aglutinadores sobre isso.

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, argumentou a respeito de três brigadas indígenas estruturadas (TI Meruri, TI Parabubure e TI...), que tiveram contrato assinado em 10 de fevereiro de 2022 e prazo para execução até 10 de fevereiro de

2023, com mais 3 meses de vigência até finalizar o projeto. Ressalta-se que foi solicitado prorrogação, tendo em vista que o valor total do projeto é da ordem de R\$ 1.341.000,00 e sua execução mensal gira entorno de R\$ 84.000,00. Ao todo são 4 organizações aglutinadas: ICV, Vale do Guaporé, Norte Kayapó e TNC. Foram destacados como desafios: dificuldade logística durante as chuvas e pausa no fim de ano.

Iranildes Rodrigues Mandicai, da FEPOIMT, fez um relato informando que está muito feliz porque considera muito importante poder trabalhar com o PrevFogo. E ressalta que fez o projeto GAT em 2018. Além disso, posicionou-se a respeito da ferramenta do INPE, que segundo ela ajuda muito e principalmente vai permitir que seja mapeado a nossa área, por isso estou dizendo para vocês continuarem.

Maria Paula de Freitas Vanucci, REM MT, lembrou que o pagamento dos brigadistas é um desafio e que as propostas apresentadas ficaram muito caras neste aspecto.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, da FEPOIMT, informou que quer saber como vai ser a continuidade do projeto relacionado a Curador Modo. Em seguida, a Senhora **Amanda Camargo Heinrich Carrara**, do Funbio, informou que não há previsão de renovação com a Curador Modo.

Yugo Marcelo Miyaakawa, do IBAMA, fez esclarecimento com relação a execução de recursos do Ibama, eles não executam projetos. Toda vez que há um planejamento com relação à brigada há uma longevidade. Então, não é um passo que é dado sem pensar muito, porque não podemos gerar expectativas que não são cumpridas nos anos subsequentes. É pensando nisso que a propositura de brigadas pelo IBAMA não é isolada, principalmente com relação aos territórios indígenas. Para isso, há um plano de cooperação com a Funai, onde na verdade há um compartilhamento de responsabilidades, onde o Ibama assume uma parcela da responsabilidade, a Funai assume outra parcela da responsabilidade e, acima de tudo, a comunidade também tem que assumir a sua parcela de responsabilidade. Quando a gente fala em brigadas federais, todo mundo fala “ah beleza, vai ter gente pra apagar fogo”. Esse é o senso comum. Mas quando a gente fala de programa de brigadas do Ibama, o apagar fogo é uma das atividades que são executadas. Que bom que não é todo tempo que as áreas estão pegando fogo.

Yugo Marcelo Miyaakawa, do IBAMA, continuou sua fala perguntando: E quando não há incêndio, o que o brigadista faz? Existe uma série de atividades planejadas as quais ele deve estar executando quando não está em ações de combate ao fogo. E isso traz um envolvimento muito forte na comunidade. Se a comunidade não está envolvida neste processo, não há brigada que se sustente. E nós já tivemos um exemplo dessa insustentabilidade, digamos assim. Então, toda vez que a gente fala em brigada, o primeiro passo acertado tem que ver se a Funai consegue fazer também essa questão. Ela assumir também mais um esforço, porque como eu disse não é somente para este ano. Existe uma longevidade da ação. E quando a gente fala em brigadas novas, é ainda um pouco mais difícil de conduzir, porque existe um olhar muito mais próximo daquela situação. Quando a gente fala em brigadistas contratados, os contratados enquanto Ibama, tornam-se servidores públicos federais temporários. E aí, a esta pessoa recai o mesmo tipo de obrigação que recai a mim: ele tem que cumprir hora, ele tem que respeitar algumas questões de relação, enfim, todas as obrigações inerentes ao servidor público. E isso nem sempre é fácil. Por isso que, a propositura ela é muito bem analisada, para ver se de fato a comunidade tem condições de receber um programa de brigadas. Há uma série de relatórios que têm de ser confeccionados mensalmente. O que eu digo é, que o programa de brigadas conduzido pelo PREVFOGO, do Ibama, exige uma complexidade envolvida nesta ação, que é gerida a par e passo: Ibama, Funai e acima de tudo o comprometimento da comunidade. Da mesma forma, a comunidade pode estar querendo, mas se o Ibama e a Funai não tiverem as condições de implementá-lo pensando nessa longevidade, também não tem como. O IBAMA faz análise de forma conjunta com a Funai, mediante acordo de cooperação e com o aval da Funai.

Yugo Marcelo Miyaakawa, do Ibama, o corpo de bombeiro tem um planejamento próprio, nós temos o nosso planejamento, temos atribuições diferentes. É importante lembrar que o PrevFogo não é bombeiro nacional. Não se pode confundir, as nossas atribuições são muito restritas, pra isso temos um acordo de cooperação com a Funai.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, explicou que a função do Senhor Yugo, do Ibama, é exatamente esta e esclareceu que o convite para o Yugo participar da reunião foi uma demanda da própria governança indígena. Em relação ao tema, um pedido era uma brigada e a implantação de um programa de educação ambiental, com prevenção. Essa orientação mais próxima é muito importante, para que o REM MT não saia

apoiando propostas administrativamente incorretas. A ideia é essa mesma, que o Yugo aponte o que é possível e o que não é possível de ser apoiado e que nos ajude a evitar embates interinstitucionais. Nós vamos tentar evitar estes desencontros novamente e tentar fazer com que tudo ocorra da melhor forma possível.

Roselino Paravá, perguntou: o que fazer quando as roças ou território indígenas forem queimados? A quem devemos recorrer? Eu estou dizendo isso porque há um tempo atrás o nosso território queimou, e a gente solicitou às brigadas. Porém, quando eles chegaram o fogo já tinha queimado.

Yugo Marcelo Miyaakawa, do Ibama, eu entendo que a primeira coisa a se fazer é informar à Funai. Após isto, a Funai vai avaliar a situação primeiro passo é buscar comunicar a Funai. A equipe precisa ter alguns apoios necessários para exercer as suas atividades, ao se deslocar os brigadistas precisam ter onde dormir e onde se alimentar. Precisam garantias mínimas. Precisamos também ter alguém que nos apoie e conheça o território. Esse alguém é um servidor da Funai. Uma questão que acaba sendo bastante complicada é que quando a gente fala em incêndio florestal, a gente não está faltando uma reação que vai demorar duas horas, ou pode demorar 2 dias ou 2 semanas. A brigada precisa ter alguns apoios necessários para que seja possível desenvolver a sua atividade, como por exemplo: onde dormir, onde se alimentar, o básico. Nós precisamos ter alguém que nos dê um apoio local, uma ponte facilitadora que faça a interlocução, alguém que conheça o território e que nos apoie nesta relação com aquela comunidade e que esta pessoa é um servidor da Funai.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, acrescentou que esta é uma discussão que vamos precisar aprofundar, tem expectativa e um interesse grande. E abriu espaço para novas intervenções ao perguntar se há mais algum participante que vai falar mais alguma coisa sobre esse tema.

Tereza Cristina Keronazokero, da FEPOIMT, apresentou um pedido de esclarecimento porque ficou devendo uma resposta à comunidade indígena que está seca, sem água. Então, por que a Terra Indígena Pareci está descoberta, sem nenhuma brigada? Vai ter de volta essa brigada ou não? Talvez a gente possa escrever um projeto e também alguém poderia ir lá fazer reunião e ajudar a explicar para a comunidade a

importância de ter uma brigada. Eu vejo aqui e fico muito feliz que outros parentes conseguiram através do REM MT.

Yugo Marcelo Miyaakawa, do IBAMA, iniciou a resposta aos questionamentos da seguinte forma: inicialmente houve implantação de uma brigada lá na Terra indígena que a senhora falou. Até 2019 houve um retorno das atividades de forma satisfatória, depois disso houve uma queda, como eu disse a atividade de uma brigada não é só apagar fogo, há uma série de atividades que a brigada precisa desempenhar e a gente percebeu uma queda mais acentuada na brigada na Terra Indígena que a Senhora se referiu. Então, a gente fez 2 reuniões para tratar do assunto, em 2020 com as associações e as cooperativas e fizemos um alerta para eles, já que a brigada começou com 15 e terminou com 7 pessoas. Foi percebido que houve uma diminuição na qualidade e nas atividades desenvolvidas pelas brigadas instaladas lá. E com isso a gente percebeu um claro desinteresse da parte deles. O brigadista não se preocupava sequer em cumprir seu horário, faltas no plantão porque foi fazer um bico em outro local. Infelizmente a gente verificou isso, E em 2021 a gente tentou novamente e solicitamos que fizessem uma reunião entre eles, associações e cooperativas, para verificar ainda havia interesse da parte deles. Só que a gente tinha prazo para cumprir para sermos acionados após a reunião deles, como não fomos a gente fez um ofício informando que o prazo venceu e perguntamos se ainda iam fazer a reunião. Enfim, não houve retorno da comunidade de que aquela brigada era interessante.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, acrescentou que apesar de termos extrapolado a pauta e estendido um pouco, a fala do Yugo foi muito importante e muito elucidativa. Quem quiser fazer essa conversa depois pode ficar a vontade. Agradecemos e podemos continuar essa discussão um pouco mais a diante.

No período da tarde houve o ato para posse do novo membro, **Adalberto Omnirowe Odzarawa**, da FEPOIMT, como membro oficial da comissão de governança indígena.

SELEÇÃO DE NOVOS PROJETOS APROVADOS PARA VALIDAÇÃO

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, anunciou a destinação de R\$ 1.200.000,00 para projetos locais.

Leonardo Vivaldini dos Santos, do REM MT, informou que atualmente a parte de manejo, de plano de manejo de babaçu, encontra-se dentro do território de Rondônia. E acredita que é o potencial para a Terra Indígena Zoró. Eles têm interesse em se associar e entender que o babaçu pode ser um negócio viável para a Terra Indígena Zoró. Para nós esse projeto é muito importante, é o único da cadeia do babaçu.

O projeto do CEDAC, que já de uma organização muito conhecida em todo o Brasil e possui alguns bons projetos, tem um foco em povos indígenas e populações tradicionais da região do baixo Araguaia. Como eles têm uma cooperativa que trabalha junto com eles, então começaram a ver o potencial de produtos e matérias primas dentro de terras indígenas. Deu tudo certo, os indígenas começaram a se interessar, estão conseguindo fazer mapeamento e gerar renda. Estão conseguindo organizar a base e comprar produtos como o baru, jatobá, fava-danta e fortalecer o pequi como uma plataforma de agregação de valor, que estamos trabalhando nesse projeto novo com produtos da sociobiodiversidade. Eles vão trabalhar com todas as Terras Indígenas Xavantes da região do Araguaia, são mais de 1.000 famílias que estão dentro do projeto.

A gente tem também um contrato da Associação Rede de Sementes do Xingu, que trabalha com a coleta de sementes florestais e agrícolas, para atividades de restauração e está na finalização do projeto do Redário. Alguns benefícios diretos foram adquiridos no âmbito deste projeto, como por exemplo barcos e motores.

O principal projeto que a gente tem com a fruticultura é executado pelo Instituto Crodo Modo, que tem um foco em recuperação de áreas degradadas e em plantio de sistemas agroflorestais. A gente tem visto engajamento, geração de renda, e uma interface com a questão do fogo. E tem o trabalho com monitores indígenas Xavante até o final de julho de 2023.

Na chamada nº 02ª gente tem a APIZ (Zoró) que é o único projeto indígena de fato. Na manifestação de interesse a gente teve várias associações indígenas participando, mas depois no processo de desenho, aglutinação, construção do plano, foi que algumas dessas organizações indígenas acabaram se aglutinando em outras organizações. Basicamente, esse trabalho com indígenas vai ser na cadeia do pequi com o CEDAC e a Coopcerrado, mas também basicamente na cadeia da castanha-do-Brasil. A Coopervia, a CCPAJ (Erikbatsa) e a COOPAVAM (Cinta Larga e Erikbatsa),

indiretamente ela vai continuar fazendo esse trabalho de compra e apoio na organização da coleta da castanha dos povos indígenas da região.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, anunciou os 4 novos projetos, da ordem de R\$ 1,5 milhão. Na regional Xingu, foram 2 novos projetos locais (AIAHU e AKAX). Projeto da regional Norte Kayapó, com 1 projeto local do Instituto. Na regional Noroeste, houve apenas 1 projeto estruturante. Os editais 01 e 02/2022 somam o total de R\$ 13.487.775,84.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, perguntou se há previsão de edital neste primeiro semestre de 2023 e, quando tiver, se a gente pode fazer uma parceria para divulgar. E solicitou que ficasse bem claro quais são os editais que selecionaram os 4 projetos. Apoiamos até onde havia recursos, por ordem de classificação na lista de avaliação. A análise é a mesma que foi feita. Agora com essa força da FEPOIMT vai dar para apoiar novos projetos, porque não havia dinheiro. Precisa ficar claro para todo mundo que não houve uma nova chamada de projetos. Parabéns ao Leonardo, do REM MT. Segundo o Senhor **Leonardo Vivaldini dos Santos**, do REM MT, agora a execução que a gente vai ter agora é a execução da chamada nº 12. E provavelmente, no primeiro semestre de 2024 vamos saber se haverá outra chamada ou não, por conta do volume de recursos. Mas a ideia é fortalecer cultivos perenes e sociobiodiversidade, esse é que vai ser o foco do subprograma na fase 2.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, informou que as ações podem ser executadas até o mês 3 de 2024. Então, esses recursos que estão disponíveis nessa primeira fase do REM MT têm que ser executado até o mês 3 de 2024. O que pode ocorrer e muito provavelmente a gente espera que ocorra e vai deixar todo mundo mais maluco que atualmente, é que a partir de julho pode estar rodando a fase 2 do Programa REM. Então, finalizaremos esses projetos da fase 1 e iniciando a execução dos projetos da fase 2 ao mesmo tempo. E aí, esses recursos que eventualmente a FEPOIMT possa ter cedido agora, eles podem novamente ser planejados nessa fase 2. Para deixar bem claro para toda a equipe, não foi um sequestro de bens da FEPOIMT. Na verdade, é uma orientação até do KFW.

Baseado nisso, nós nos reunimos, conversamos com a FEPOIMT, com o Funbio, sobre essa orientação que a gente recebeu e fomos analisar todos os projetos que foram

submetidos nas chamadas 01 e 02. E nós poderíamos contratar todos? Não poderíamos, mas poderíamos contratar quem tivesse atendido todas os requisitos para a chamada de projetos. Mas e se fosse só um documento que fosse esquecido e fosse rápido de produzi-lo? Não é permitido, porque teria que ter entregue este documento dentro do prazo regulamentar, para que os projetos não fossem objeto de questionamento por ninguém.

A gente tinha até bons projetos, mas que faltava um documento ou outro que é impeditivo. Então, passamos na peneira novamente e o que é possível de ser apoiado hoje? Eram apenas três projetos locais, daria em torno de R\$ 600.000,00 e aí a gente pretendia apoiar apenas projetos locais. E aí a gente foi para uma peneira maior e incluiu projetos estruturantes. E constatamos que havia um projeto estruturante que seria possível, só que claro que um projeto estruturante e três projetos locais extrapolam o valor que a FEPOIMT disponibilizou. Mas ainda assim, nós estamos fazendo uma articulação com a coordenação geral do programa que existe uns rendimentos das aplicações do projeto e aí a gente vai apoiar os três projetos locais e o recurso da FEPOIMT vai apoiar o projeto estruturante de R\$ 1.000.000,00 mais um projeto local. E aí a gente vai atrás dos rendimentos para apoiar dois projetos locais. Então, no total são quatro projetos novos que a gente pretende que comece e execute até março de 2024.

Então, resumindo os critérios de repescagem temos: 1º Teria que ter uma nota acima de 70 nas avaliações que foram feitas para todos os projetos; 2º Tem que comprovar a capacidade de executar a proposta; 3º A documentação que tinha que ter sido entregue dentro do prazo do edital. Por fim, são 4 projetos totalizando R\$ 1.536.941,60.

Na regional Xingu tem dois projetos locais, cujo objetivo geral é apoiar a conservação da sociobiodiversidade, da cultura indígena e o fortalecimento do associativismo. E o outro projeto é fortalecer, resgatar e preservar a cultura Kikuro através da potencialização de práticas tradicionais de transmissão de saberes alinhado ao domínio de tecnologias, totalizando R\$ 336.988,00.

Temos o projeto da regional Norte Kayapó, um projeto do Instituto Amazonas, com o objetivo geral de contribuir com a melhoria da qualidade de vida do povo Apiaká, através da instalação de energia solar nas aldeias, beneficia dois povos, no valor total de R\$ 199.997,60.

Temos um projeto estruturante da Associação Comunitária da Aldeia Indígena Mayrobi, que beneficia três povos (Apiaká, Mundurucu e Kayabi), com o objetivo de promover o fortalecimento institucional e organizações parceiras aglutinadas, através da caça de valor da castanha da Amazônia, agregando valor à amêndoa, gerando trabalho e renda para as mulheres, jovens e anciãos extrativistas, no valor total de R\$ 999.956,00.

Os editais nº 01 e nº 02 ficaram com essas configurações: Noroeste ficou com cinco projetos locais e um projeto estruturante e tem um novo projeto estruturante; o Xingu tem seis projetos locais e dois estruturantes e agora tem mais dois novos projetos locais; Cerrado Pantanal tinha três projetos locais e mais um projeto estruturante; Vale do Guaporé só tem um projeto estruturante; a Norte Kayapó tem um projeto estruturante e um local; Médio Araguaia um projeto estruturante; Xavante tem dois projetos locais e dois projetos estruturantes. E neste momento as chamadas ficaram contabilizadas no valor total de R\$ 11 milhões. São estes os novos projetos e faremos o possível para que eles aconteçam ainda neste ano de 2023.

INFORMES

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, informou que já passou por todos os procedimentos aqui. Nós nos esforçamos e acreditamos que se Deus quiser tudo vai correr bem. Estamos na fase de atualização dos preços e de produtos. Então, se der tudo certo a gente vai finalizar e encaminhar.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, esclareceu que na última reunião foi informado que foi entregue o projeto da FEPOIMT, foi analisado e aprovado e depois foi pedido alguns ajustes. E assim que tivermos esses ajustes a gente vai dar continuidade.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, informou que já respondeu as solicitações encaminhadas por ofício, mas agora estão na fase de mexer na planilha, que é um pouco mais complicada mesmo. Estão atualizando os valores que estavam defasados. A gente não vai dar prazo neste momento, mas a gente sabe que daqui uns 10 dias a gente consegue encaminhar isso, pela rotina de trabalho que estamos realizando. A gente sabe que a partir do momento que a gente entregar ai começa a correr o prazo

de análise. E a gente também vai marcar uma reunião junto com o Marcão para fazer essa pre-apresentação para vocês.

Renata Costa, da GIZ, gostaria só de fazer um comentário histórico desse processo, porque acha importante ter isso bem estabelecido. A governança, os novos membros e membras não têm esse histórico do processo do projeto da FEPOIMT. Talvez seja importante a gente registrar aí, principalmente na Ata, que é um processo que começou há 2 anos e é um pedido dos povos indígenas que 30% do recurso vá para o fortalecimento institucional e num primeiro momento esse fortalecimento seja feito para a FEPOIMT. E num segundo momento, o fortalecimento institucional também das associações e instituições de base. Dentro da construção do subprograma, havia as duas coisas: tanto o fortalecimento institucional da FEPOIMT quanto o de associações de base. Porque o discurso dos povos indígenas e do movimento na construção é justamente que é importante fortalecer a representatividade, quanto federação, e é importante fortalecer as representatividades locais das associações de base. E aí a gente iniciou um processo de construção desse projeto da FEPOIMT. Houve problemas relacionados ao CNPJ e conta bancária da FEPOIMT e não foram superados a tempo de ter esse projeto aprovado e recebido pela própria FEPOIMT. Mas foi muito participativo com os membros àquela época.

Gostaria que a gente deixasse registrado de passar parte deste recurso dos 30% para o plano emergencial, cedido pela FEPOIMT, e agora novamente está sendo cedido para projetos locais. Eu acho que tem mérito nisso, tem projetos que são viáveis, são bons, as instituições locais estão preparadas para receber esses projetos. Foi um processo longo, custoso inclusive para a parceria da GIZ, foi uma consultoria paga com recursos próprios do projeto da GIZ. E a GIZ também se perdeu nesse processo, mas que pode ainda ser utilizado como herança, como lição aprendida, nessa magnitude de recursos para os 43 povos indígenas de Mato Grosso. Foram 2 anos de construção do projeto, foi e voltou várias vezes, a GIZ saiu um pouco desse processo no final porque a gente viu que não estávamos ajudando mais.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA SUBPROGRAMA TI

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, apresentou o total de projetos e o total de recursos liberados, dando destaque para os recursos executados e ainda em execução.

Maria Paula de Freitas Vanucci, REM MT, ressaltou que existem eixos como eixo de governança e fortalecimento institucional. Mas dentro de cada eixo tem várias ações.

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, esclareceu que na execução, ou seja, no que já foi gasto: na governança e fortalecimento institucional, houve uma consultoria para elaboração de chamadas, teve uma elaboração de vídeo dos projetos com a COP27, teve a assembléia da FEPOIMT em 2019, teve a missão de monitoramento do KFW, teve a avaliação de meio termo, teve a capacitação de representantes de associação de base, articulações (reuniões que a coordenação faz), teve o apoio a COP em 2019, reunião de GTs da governança, teve apoio ao comitê técnico, teve reunião para articular o Noroeste. Ou seja, na governança foram executados R\$ 4 milhões. E teve também a COP 2021, teve a articulação dos membros da governança, apoio a Superintendência de Assuntos Indígenas - SAI, teve alguns recursos da FEPOIMT que foram executados de forma direta que não estavam previstos, mas eles optaram (ex: reuniões em Brasília), apoio pra COP 2022, a capacitação de GPWEB e Cérebro da chamada 01 e 02/2022, em novembro do ano passado, as reuniões de governança, recursos para assembléia em dezembro de 2022, teve apoio a brigadas indígenas e o plano emergencial, além dos projetos apresentados hoje de manhã, teve também saúde, equipamentos, medicamentos e cestas básicas.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, informou que foi tudo feito conforme a necessidade, mas uma parte que já foi paga está em fase de prestação de contas para que possa ser regularizado. Tendo em vista que algumas coisas foram questionadas por e-mail, por isso a segunda parcela está dependendo da prestação de contas. A gente conversou e estamos acompanhando bem próximo.

Maria Paula de Freitas Vanucci, REM MT, informou que no primeiro momento do REM MT a SAI era uma parceira ativa. Depois eles se afastaram, têm assento na governança, mas não participam mais. Acho que isso não está relacionado à articulação política.

Renata Costa, da GIZ, complementou informando que depois veio o Agnaldo e quebrou a relação com o programa REM MT e de fato saiu de cena e não quis mais participar.

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, informou que o FUNBIO faz execução direta, por meio da área de compras. E tem os dados de execução financeira muito detalhados, basta vocês demandarem as informações que nós separamos e enviamos para vocês. FEPOIMT Fase 1: total de R\$ 1.824.910,64. Foi um total de 16 projetos locais, já executamos R\$ 12.467.000,00 em projetos. Está previsto R\$ 1.390.549,71 para contratação de serviços de consultoria. Orçamento Fase 2: R\$ 3.197.910,00. Estamos aguardando o projeto enviar estes recursos. Para apoio a projetos estão previstos: R\$ 8,3 milhões. Para apoio a governança estão previstos R\$ 1.619.851,61. O programa REM MT ia até dia 31/11, mas as atividades foram estendidas até março. De aprendizado para a Fase 2 fica a pergunta: “como será automatizado” para quando precisar levantar os dados não ter que pesquisar item por item, valores por valores?

Em resumo faltam ainda R\$ 400 mil da Noroeste, R\$ 2 milhões para projetos locais porque ainda falta prestarem contas, projetos estruturantes também falta prestarem contas e faltam R\$ 4.331.000,00 e os novos projetos serão desembolsados R\$ 1.536.000,00. A gente espera que tudo isso seja desembolsado ainda neste ano, tendo em vista que a previsão é que eles apresentem a prestação de contas em maio.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, só para complementar o que já foi dito, informou que foi feito um planejamento para além do recurso que a gente tinha. De início estávamos devendo uns R\$ 300 mil para o Funbio, ou seja, tínhamos um montante acima do que estava disponível. E nós articulamos com a coordenação geral para utilizar os rendimentos. Na prática a gente gastou mais do que tínhamos, mas arrumamos um jeito de pagar a conta.

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, esse valor a mais pode ter sido também no momento que a gente recebeu o valor em Euro e tivemos que fazer o câmbio. Isso pode acontecer quando a gente trabalha com recursos internacionais.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, agradeceu à Amanda (Funbio).

Por fim, o facilitador **Fragoso Júnior**, da Devallor, solicitou aos participantes que dedicassem um minuto para responder à avaliação do dia, em formato de humorômetro.

3º DIA: 29/03/2023

Julia Raquel Manguiera, da TNC, iniciou sua fala com uma apresentação do processo de monitoramento.

O facilitador **Fragoso Junior**, da Devallor, fez a avaliação do humorômetro do dia anterior.

REGIMENTO INTERNO

Marcos Antônio Ferreira, contextualizou a questão da proposição de alteração do atual regimento.

Renata Costa, da GIZ, argumentou que o regimento já foi lido em evento anterior e sugeriu que agora sejam tratados apenas os pontos em alteração.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, fez a proposta de ampliar o número de titulares, por meio do **Art 2º**, para ter uma maior representatividade. No entanto, com o aumento de titulares, os suplentes não seriam trazidos para as novas reuniões.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, informou que foi chamada uma primeira reunião, entraram poucos, depois foi chamada uma segunda reunião e tinham poucos indígenas e por fim chamaram uma terceira reunião e tinham poucos indígenas. Então, como não poderiam tomar nenhuma decisão sem os indígenas a reunião foi suspensa.

Renata Costa, da GIZ, argumentou que aumentar ou diminuir o número de titulares não altera a representatividade, e que não vê ganho em transformar os suplentes em titulares. Teria ganho se aumentasse o número de povos indígenas e de regionais participantes, mas não aumentar o número de titulares transformando os suplentes em titulares. Argumentou ainda que é preciso buscar outras formas, e que será necessário facilitar as articulações dos titulares e dos suplentes nas terras indígenas.

Darlene Yaminalo Taukane, da FEPOIMT, informou que há 14 regionais, tem membros da federação e tem as mulheres, totalizando 18 pessoas. E considera importante porque algumas pessoas do grupo FEPOIMT estão questionando a destinação dos recursos por não receber as informações, porque estas não chegam na aldeia.

Yugo Marcelo Miyaakawa, do IBAMA, argumentou que não entende por que a comissão de governança não tem um número ímpar de participantes com poder de voto, o que evitaria que ocorram empates.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, concordou com a Senhora **Renata Costa**, da GIZ, e informou que em geral as reclamações têm origem justamente na falta de informações. E acredita que falta uma estratégia de comunicação, para que seja possível reduzir esse tipo de reclamações. Por enquanto, a comunicação mais efetiva está ocorrendo por Whatsapp e pelo Facebook. Poderíamos fazer reuniões com as regionais, acompanhar o grupo técnico. Por que não levar um membro da regional? A mesma coisa com os outros subprogramas. Os membros também são cobrados pela comunidade. E também argumentou que precisa oportunizar que os membros da FEPOIMT possam acompanhar para estarem bem-informados e conseguirem atender às reivindicações da comunidade, tendo em vista que é sabido que não teremos todos os recursos necessários para ir em todas as aldeias. Desta forma, precisamos ver um jeito de empoderar os membros de cada regional. Nós estamos participando de outros espaços e neles só tem titular, não vemos suplentes. Por isso, é importante que o titular converse com o seu suplente e se articulem.

O facilitador **Fragoso Junior**, da Devallor, alertou aos participantes da reunião de governança para a necessidade de nos atentarmos aos pontos de pauta da discussão e tentarmos vincular as falas a estes pontos.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, afirmou que há um custo para trazer os suplentes. Mas a proposta não é aumentar o número de participantes, pois aqui já temos os 14 participantes (titular + suplente). Então, já temos o custo de trazer 14 pessoas, mas apenas 7 votam.

Ianukula Kayabi Suia, argumentou que será necessário realizar uma reunião de avaliação com mais calma. Em cada ponto que a comissão de governança for tocar vai levantar questionamentos e sugestões de cada um.

Raial Urutu Puri, da TNC, argumentou que no caso de haver votação em número par é sempre definido o voto de minerva, que é a única solução jurídica viável.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, nós não temos condição de acompanhar todas as reuniões. Estamos com muitas demandas e não podemos assumir algo que não vamos ter condições de acompanhar.

O facilitador **Fragoso Júnior**, da Devallor, e a **Maria Paula de Freitas Vanucci**, do REM MT, sugeriram votação para encaminhar uma reunião extraordinária só para tratar de regimento interno. 8 decidiram a favor. Mas na segunda votação, com o suplente o número de votos a favor foi alterado para 9.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, da FEPOIMT, argumentou que será necessário realizar uma reunião extraordinária para tratar desse assunto.

Renata Costa, da GIZ, lembrou que na ausência do titular o suplente pode votar.

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO - PROJETOS LOCAIS E ESTRUTURANTES

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, explicou que convidou a Senhora **Julia Raquel Mangueira**, da TNC, para explicar e apresentar o que está sendo lançado e como esse processo se dará em campo.

Julia Raquel Mangueira, da TNC, informou que o processo não vai durar bastante tempo, a expectativa é que dure um pouco menos de um ano. Ou seja, o seminário final será realizado em janeiro/2024. Então, temos esse resto de ano para executar as atividades que estão previstas. Esse projeto especificamente, fomos chamados para construir e estruturar a primeira fase de monitoramento participativo. Quais são os indicadores que serão utilizados para fazer esse monitoramento? Temos uma série de indicadores e vamos organizar isso para utilizarmos como roteiro no processo de

monitoramento participativo. Vamos apoiar o processo, mas quem vai conduzir serão os monitores indígenas. Vamos fazer formulários eletrônicos, em tablets, para que seja possível fazer o registro de todas as informações dentro do tablet, que funciona on-line e off-line.

Também informou que estão previstas subetapas: preparação (oficinas etc.); monitoramento (em 2 etapas e depois consolidação e análise das informações em janeiro/2024). Teremos reuniões com a governança, e esta já é uma delas. Uma coisa q é muito importante é a contratação dos monitores indígenas, e isso precisa ocorrer o quanto antes, até o fim de abril deve estar finalizado. Primeiro faremos a divulgação e a pactuação e por fim a contratação. Já conversamos sobre alguns critérios com a coordenação, fizemos uma primeira rodada de conversa em setembro/2022 para tratar sobre como usar o tablet, nível de escolaridade, experiência prévia em pesquisa seria interessante, noções sobre direitos indígenas, conhecimento sobre seu povo e a comunidade onde vive e qual é a quantidade mínima para que seja possível fazer uma boa coleta de dados em campo (16 indígenas). Temos vivido uma experiência interessante com os agentes locais na implementação dos projetos estruturantes. É importante garantir uma certa paridade com mulheres indígenas participando desse processo. Na regional do Xingu tem 9 projetos e precisaremos de um número maior de monitores. como irá funcionar o monitoramento participativo? 1- Oficina de capacitação em monitoramento participativo (1º teste); com os coordenadores e pontos focais dos projetos estruturantes. Com isso será possível ajustar. 2- Dois momentos de coletas de dados em campo, por meio de reuniões, conversas, aplicar este questionário em 2 momentos.

Julia Raquel Manguiera, da TNC, também informou que estão previstas rodadas e instâncias de conversar e articulações: reuniões ordinárias da governança, reuniões extraordinárias, reuniões técnicas com as equipes de coordenação do subprograma e reuniões de articulação com a FEPOIMT, para irmos acompanhando o que está funcionando e o que precisa de ajustes para executarmos bem as atividades. Entregamos 1 plano de trabalho semana passada, precisamos fechar em abril a contratação dos monitores indígenas, oficina de capacitação e testes no final de maio, 2ª rodada de campo até a segunda quinzena de novembro e seminário final em janeiro/2024 onde a gente discute tudo o que aconteceu.

Raial Urutu Puri, da TNC, argumentou que já estão acostumados a situações onde tem projetos acontecendo e não estavam sabendo. Por isso, a ideia é promover a participação e a boa comunicação.

Maria Paula de Freitas Vanucci, REM MT, argumentou que é importante lembrar que isso vai nos levar aos indicadores que a gente pensou no âmbito do REM. Por isso, a gente precisa desse levantamento de dados, é uma estratégia muito valiosa e muito rica.

André, da TNC, apresentou o sistema de alertas baseado no serviço de fornecimento de imagens de satélite contratado. Com este sistema é possível visualizar e comparar o antes e o depois, com diferença de 1 dia após ocorridas as intervenções (queimada, desmate, roubo de madeira etc.). A estratégia do que fazer com essas informações de alertas, se vai encaminhar denúncia e como encaminhar. Sim, existe uma plataforma do INPE, mas precisa saber mexer e conhecer as ferramentas.

Renata Costa, da GIZ, argumentou que é possível pensar em aproveitar para discutir essas questões nas nossas reuniões extraordinárias, como por exemplo visitar a SEMA, momento de capacitação da governança.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, informou que até o final do dia de hoje será definido como encaminhar essa proposta, como sugerido pela **Renata Costa**, da GIZ. De repente um tempo maior para a governança trabalhar no edital e depois fazer o curso do André TNC. Ele ainda vai fazer uma fala sobre o curso de gestão territorial e ambiental.

André, da TNC, informou que geralmente o curso é de meio período, mas como vamos fazer com mais detalhes podemos pensar na carga horária de um dia inteiro para esta capacitação.

Amanda Camargo Heinrich Carrara, do Funbio, questionou: como vocês vão definir informações?

Raial Urutu Puri, da TNC, apresentou sugestões de critérios/pré-requisitos para contratação dos monitores indígenas, como por exemplo: mínimo nível médio de

escolaridade, boa capacidade de leitura e redação, experiência prévia em pesquisa, bons conhecimentos a respeito da cultura de seu povo e da região em que vive e noções de direitos indígenas. Serão selecionados monitores indígenas para cada uma das regionais, considerando a quantidade de projetos locais estruturantes.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, informou a respeito das contratações, que vão até janeiro e esse pessoal todo a ser contratado será capacitado. Por fim, ao final, todas as informações serão sistematizadas para gerar um bom relatório de monitoramento.

Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa, da FEPOIMT, contextualizou como se dá o processo de tomada de decisões do povo Xavante e em especial da aldeia dele.

Ianukula Kayabi Suia, informou que dá pra aproveitar algumas experiências como por exemplo os indígenas contratados pelo IBGE para ajudar no levantamento de dados. Eles possuem experiência e os cuidados necessários para essa coleta de dados. No caso de projetos estruturantes, na regional do Xingu, quase todos foram beneficiados. O próprio pessoal do IBGE e do programa Mais Luz para a Amazônia previram a coleta de dados de 1 mês, mas devido à logística eles estão até hoje rodando por lá.

Julia Raquel Manguera, da TNC, ressaltou que esses monitores serão contratados especificamente para este projeto, eles não podem atuar em outros projetos.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, relatou que acredita que uma pessoa só talvez não dê conta. Porque estamos falando de vários territórios e vários povos. Eu vi os critérios muito rápido, mas fico na dúvida sobre esse “conhecimento em pesquisa” será devidamente entendido pelos indígenas, precisamos de bons argumentos para conversar com a comunidade. A outra dúvida é quem vai ficar responsável por este comitê, se estas bancas serão responsáveis por selecionar os monitores. Eu vi que o prazo de contratação é 30/4 eu acho q não vai dar tempo porque ainda vamos precisar divulgar isso, comunicar bem. Considerando as nossas demandas internas da FEPOIMT, mas abril é o mês que a gente não tem condições de absorver mais demandas. Não vamos ter tempo de acompanhar todo esse processo. Eu estou um pouco preocupado com isso, depois a gente pode conversar sobre esse calendário.

Julia Raquel Mangueira, da TNC, informou que vai fazer esse processo de construção/estruturação da melhor forma possível e só depois disso a gente vai para a divulgação. O que foi apresentado não é um critério eliminatório, vamos ouvir a comunidade para fazer os ajustes e dar todo o suporte aos monitores, se não tem experiência em pesquisa não tem problema, vamos passar por um processo de capacitação. Vamos pensar como dimensionar melhor o esforço de todas as pessoas envolvidas. Existem vários calendários que precisarão caminhar juntos, tem o calendário indígena, tem o calendário do programa REM, a gente pode ajustar essas datas, mas considerando que algumas datas não conseguiremos alterar.

Raial Urutu Puri, da TNC, argumentou: seria ótimo que tivéssemos recursos para contratar mais gente, mas com o tempo e recursos que temos disponível vamos conseguir oferecer apenas este número que foi apresentado. Eu acho que o ideal é que esse projeto de monitoramento participativo não acabe em janeiro. Teria que ser um processo contínuo. As pessoas precisam se apropriar desse conhecimento. A ideia é formar pessoas para que participem cada vez mais deste processo. Para o futuro, o ideal é ter cada vez menos instituições não indígenas dentro deste processo.

ENCAMINHAMENTOS E PRÓXIMOS PASSOS

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, afirmou que é importante ter algumas definições para que a capacitação na plataforma de monitoramento de territórios indígenas possa ocorrer, como por exemplo: reunir em grupo e pensar toda a estratégia antes da reunião extraordinária. A reunião extraordinária, a ser agendada, seria para apresentar uma proposta total desta capacitação.

Um participante elencou quem da coordenação participaria: Coordenação, Ibama, Funai, FEPOIMT e tem ainda os conselheiros para participarem como “núcleo”, com a missão de pensar/criar as estratégias para depois chamar o público.

Ficou o indicativo de prazo de 10 dias para a FEPOIMT concluir a revisão do projeto e atualizar a planilha financeira, com os valores corrigidos.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, afirmou que não pode ser muita gente, porque não funciona.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, complementou o raciocínio anterior da seguinte forma: vai haver capacitação, isso é fato. E vai precisar ter um planejamento para esta capacitação. A questão é determinar um procedimento, por exemplo quando estiver monitorando o território e detectar um desmatamento ou um fogo. O que eu faço depois que eu detectei? Olha você vai tirar um print, vai pegar as coordenadas geográficas, enviar para o ponto focal. O que estamos discutindo é esse protocolo para o momento após a detecção. O que fazer após a detecção? Não vai resolver muito apenas saber detectar, se não souber para onde enviar a informação. Temos que pensar o passo a passo. E isso precisa deixar claro antes da capacitação. Esse grupo é pra isso.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, esclareceu que não basta definir que vamos chamar as regionais, porque as regionais são pessoas. Mas quem das regionais? É um grupo que vai discutir essa metodologia e como que isso tudo vai funcionar. Quem é que vai ser o grupo beneficiário? Como vão se dar esses protocolos? Funai e Ibama que já estão aqui. E um grupo de 3 pessoas da FEPOIMT, para discutir isso e entregar na reunião extraordinária, como proposta.

Eliane Xunakalo, presidente da FEPOIMT, informou os componentes do grupo: Eliel, da FEPOIMT; Yugo, do Ibama; e Carol, da Funai. E mais os 3 membros da coordenação da FEPOIMT. A gente pode sair daqui com um indicativo de data para a oficina.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, sugeriu que sejam definidos os indicativos de data para a oficina e para a reunião extraordinária. Ficou definido então que o grupo seria composto por: Eliel, Yugo, Carol, Alessandra, Darlene, Paula, Marcão e Eliane; e o indicativo de data para 11 de maio de 2023. Já a capacitação na plataforma de monitoramento de territórios indígenas, ficou com indicativo de data para 31 de maio de 2023.

Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, compartilhou a sua agenda do google na tela de projeção, para facilitar as definições de datas e evitar sobreposição de atividades.

Definições de datas:

- ATL: de 24 a 28 de abril

- Seminário PGTA: de 3 a 5 de maio.
- Reunião de preparação em grupo: 11 de maio.
- Reunião extraordinária para regimento interno: de 29 a 30 de maio.
- Capacitação monitoramento TNC: de 29, 30 e 31 de maio; e de 1 a 2 de junho.
- Oficina de capacitação André: 31 de maio.
- Missão KFW: de 3 a 7 de julho.
- Reunião de governança II: de 14 a 16 de agosto.
- Marcha das mulheres: de 7 a 9 de setembro.
- COP28: de 30 de novembro a 12 de dezembro.

Maria Paula de Freitas Vanucci, do REM MT, informou que o monitoramento participativo fica dependendo da capacitação que será realizada; e o acompanhamento das regionais a TNC pode fazer. A FEPOIMT está ciente e ficou de fazermos um convite para poder participar desse momento inaugural. Sobre os agentes agroflorestais, a gente vai encaminhar para vocês uma proposta de apresentação para esse seminário e vamos convalidar o programa. Mas o que é importante nisso é vocês se disponibilizarem para fazer a conversa com os consultores que estão construindo esse processo do curso.

O seminário de Gestão Ambiental e Territorial, que vai ocorrer agora de 3 a 5 de maio de 2023, os convidados e os debatedores já estão acertados, mas a gente ainda precisa de algumas confirmações institucionais. E espero encaminhar os convites para todos os representantes de projetos e da FEPOIMT até sexta-feira. A gente quer contar com o apoio de vocês na divulgação do seminário e nessa articulação também. Os projetos precisam vir, os povos precisam cada vez mais se inteirar dessa discussão, da gestão ambiental, e de outras discussões que são novas. Mas a gente precisa dessa articulação com os projetos locais e regionais. A gente vai ter um prazo curto para realizar esta mobilização, porque o custeio da vinda sairá por conta do subprograma, e é muita coisa para preparar até o dia acertado para a realização. Será realizado lá no hotel Fazenda Mato Grosso.

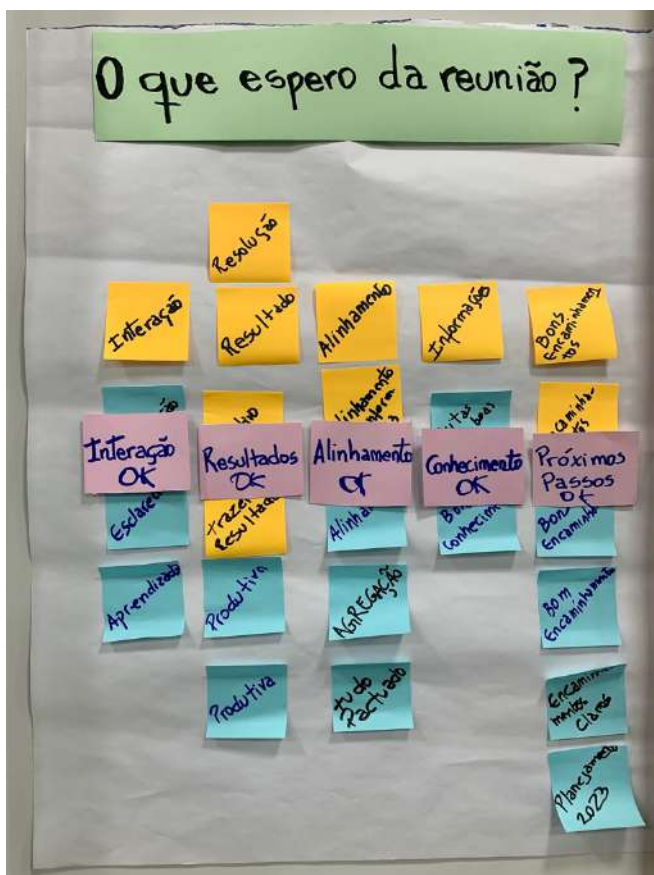
Marcos Antônio Ferreira, do REM MT, esclareceu que acabou a discussão sobre o dinheiro do REM, ele é considerado dinheiro público. É um pagamento por resultado para o estado de Mato Grosso. O Funbio administra esse recurso. Mas o entendimento

do Tribunal de Contas do Estado – TCE é que se trata de dinheiro público. E houve um questionamento se o recurso efetivamente para executar as atividades previstas no projeto. A gente não acredita que o TCE vai querer pegar um projeto local para olhar, mas sim os projetos de monta maior. É um cuidado que a gente vai ter, mas isso está sendo delegado para a coordenação geral do REM fazer isso, e isso vai ocorrer em todos os projetos do programa REM MT independente do subprograma. Na verdade, na agricultura familiar isso já está ocorrendo.

5. Avaliação e encerramento

No momento destinado à avaliação da 9ª Reunião de Governança Indígena de Mato Grosso foi verificado o atendimento as expectativas dos participantes apresentadas logo no início do primeiro dia da reunião, e foi observado que os itens interação, resultados, alinhamento, conhecimento e próximos passos foram todos atendidos a contento, conforme a opinião dos participantes (Figura 8).

Figura 8. Verificação do atendimento às expectativas dos participantes.



Uma avaliação mais ampla, para os três dias de reunião, foi realizada por meio da ferramenta chamada “humorômetro”. Desta forma, com base nas respostas dos participantes foi possível chegar a um percentual: no **dia 27/03**, 69% ficaram satisfeitos, 25% indiferentes e 6% não avaliaram positivamente; no **dia 28/03**, 67% ficaram satisfeitos e 33% indiferentes; e no **dia 29/03**, 86,66% ficaram satisfeitos e apenas 13,33% indiferentes (Figura 9).

Figura 9. Avaliação por meio da ferramenta “humorômetro”.



Avaliação específica considerando os aspectos facilitações, pauta, participação, lanche e a 9ª reunião como um todo (Figura 10).

Figura 10. Avaliação considerando aspectos específicos.



Ao final, **Maria Paula de Freitas Vanucci** e **Marcos Antônio Ferreira**, do Subprograma Territórios Indígenas, do Programa REM MT, agradeceram a todos e todas as participantes pelo comparecimento, cumprimento dos horários pactuados e foco na pauta da reunião, o que permitiu que todas as atividades previstas fossem contempladas durante esta 9ª Reunião de Governança Indígena de Mato Grosso, realizada no âmbito do Subprograma Territórios Indígenas, do Programa REM MT.

6. Anexos

Anexo 1: Planejamento FEPOIMT

Anexo 2: Painéis de facilitação gráfica

Figura 11. Painel 1 do dia 27 de março de 2023.

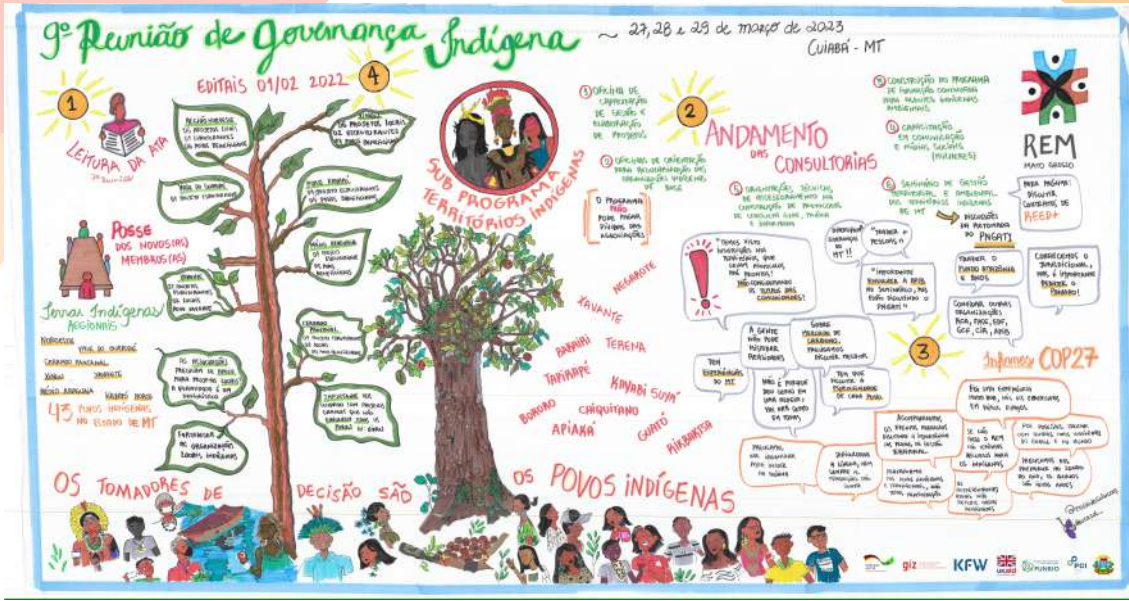


Figura 12. Painel 2 do dia 27 de março de 2023.

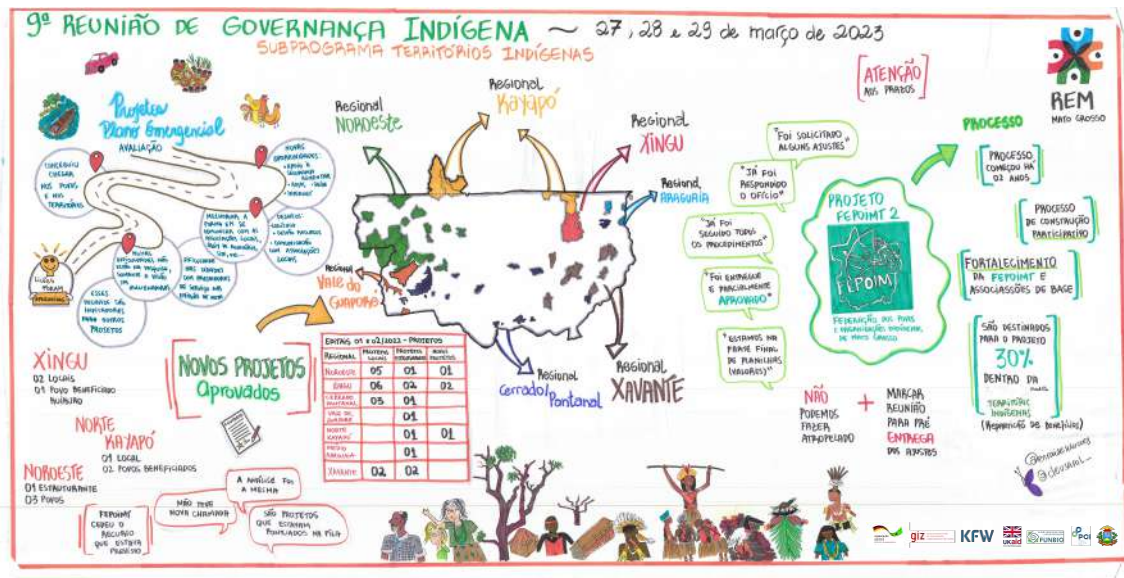


Figura 13. Painel 3 do dia 29 de março de 2023.

9ª Reunião de Governança Indígena ~ 27, 28 e 29 de março de 2023
SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS

REGIMENTO INTERNO
 Reunião Extraordinária!!
 Melhorar a Comunicação
 Sugestão: Boletim Informativo
 "NAS VISITAS NAS REGIÕES ENVIAR MEMBROS DA GOVERNANÇA"

MONITORAMENTO PARTICIPATIVO
FASE 01
 PLANO DE TRABALHO
 INDICADORES DE MONITORAMENTO
 PLANO DE CAPACITAÇÃO (INDICAR)
 Realizáveis em 1 ano
SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO INDICADORES INDÍGENAS
 01. PROPOSTAS
 02. CAPACITAÇÃO PARA TNC
 03. BANCOS DE GESTÃO: SEMI-BANCO, TNC...
 04. CRITÉRIOS BÁSICOS
 05. 2.000.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS)
IMPORTANTE DISCUTIR INTERAMENTE NOS TERRITÓRIOS

FASE 02
 01. OFICINA
 02. ETAPAS
 03. LEVANTAMENTO DE CAMPO

FASE 03
 CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS + SEMINÁRIO FINAL
NAS 07 REGIONAIS

PLANETAMENTO SUB PROGRAMA T.I. 2023
CRONOGRAMA

Abri	Maio	Junho	Julho
<ul style="list-style-type: none"> Ativ. Nacional Ativ. Estadual (MT) Ativ. (GO) Estadual e nível de projeto Sensação PCTA Reunião Especializada: Relatório Inicial Atividade: Reunião Inicial 	<ul style="list-style-type: none"> Oficina de Planejamento e Gestão de Projetos Oficina: Planejamento das Comunidades Indígenas do TNC (1) Oficina: Planejamento das Comunidades Indígenas Reunião de Planejamento das Comunidades Indígenas Atividade: Reunião das Comunidades Indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> Oficina: Planejamento e Gestão de Projetos Oficina: Planejamento de Comunidade Indígena e Relatório Inicial Reunião de Planejamento das Comunidades Indígenas Atividade: Reunião das Comunidades Indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> Oficina: Planejamento e Gestão de Projetos Oficina: Planejamento de Comunidade Indígena e Relatório Inicial Reunião de Planejamento das Comunidades Indígenas Atividade: Reunião das Comunidades Indígenas
Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
<ul style="list-style-type: none"> Reunião de Governança (2) 	<ul style="list-style-type: none"> Reunião Regional e Equipe de Seguimento Reunião Regional SPTE Reunião Regional das Mulheres Indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> Reunião de Planejamento de Projetos Reunião Regional das Mulheres Indígenas Reunião Regional das Mulheres Indígenas 	<ul style="list-style-type: none"> Seminário Regional SPTE COP 28

giz KFW UKaid FUNBIO PCI